

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

2.^a

Aos vinte quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa

Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se de seguida à chamada, estando presentes cinquenta e quatro elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Elisiário Emílio Cancela, Mário Humberto Afonso, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais, Ilídio Simões Martins, Manuel Luís Tibério, e Luís Maria Mouro. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----
- 1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----
- 1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----
- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
- 2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----
- 2. 2 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”;* -----
- 2. 3 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAL DO ANO DE 2006”;* -----
- 2. 4 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”;* -----
- 2. 5 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”;* -----
- 2.6 *Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar a ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA;* -----
- 2.7 *Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar o CONSELHO GERAL DA EMPRESA RESÍDUOS DO NORDESTE;* -----
- 2.8 *Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;* -----
- 2.9 *Eleição de um representante para integrar a COMISSÃO MUNICIPAL DE COMÉRCIO;* -----
- 2. 10 *Outros Assuntos.* -----
- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para análise e discussão da acta da primeira sessão ordinária deste mandato, tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais: -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, usou da palavra para referir que, na página dezoito, onde está transcrita uma intervenção sua, no parágrafo que diz: “*O que eu disse, voltaria novamente a repetir o mesmo sem tirar uma vírgula, porque quatro anos a pedir obras para Ventuzelo, sem êxito, não consigo entender o que os políticos decidem*”, quando deveria constar “*os políticos que decidem*”, pois foi isto que disse. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou que se iria tomar em conta aquele reparo e proceder à sua correcção. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para dizer que, o que está escrito sobre a votação que foi feita sobre uma determinada alínea do Regimento, está escrito com bastante detalhe a parte em que ele se referiu que o Regimento, na globalidade, foi votado muito à pressa, tendo sido acusado de não estar atento – o que está lá muito discriminado – mas, se umas coisas são discriminadas, outras também o deveriam ser e, no caso concreto, quando foi votada a alínea do Regimento sobre a intervenção dos Vereadores na Assembleia, o que se passou não consta ali na Acta. O que se passou é que, essa alínea foi votada, no mínimo, três vezes por esta Assembleia, até que se atingiu o resultado pretendido pela Mesa ou pela bancada do PSD e isso não consta, de facto, da Acta, disse. Solicita que seja ouvida a gravação e seja transcrito na Acta o que se passou na votação sobre aquela alínea do Regimento. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** afirmou que, relativamente àquela questão, e à semelhança do que tinha acontecido até ali, sempre foram muito exigentes na elaboração das Actas, facto pelo qual levam muito tempo a fazer. Informou de seguida que o senhor Deputado Aníbal Moreno estava perfeitamente à vontade para, quando quisesse e entendesse, ir à Assembleia e ouvir a gravação na íntegra; poderia depois aduzir se a falha foi propositada ou despropositada – se é que a há. -----

----- Não se levantando mais nenhuma questão sobre a Acta, foi esta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com treze abstenções e nenhum voto contra. -----

----- De seguida, passou-se ao ponto seguinte dentro do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu o facto de todos os Deputados Municipais terem recebido um Resumo da Correspondência Recebida e Expedida aquando da entrega da Convocatória, mas, se alguém pretendesse usar da palavra no presente ponto, ser-lhe-ia dada a palavra. ---

► **ANÍBAL MORENO** interveio neste ponto para solicitar à Mesa que desse conhecimento à Assembleia do conteúdo do ofício expedido pela Mesa da Assembleia e dirigido à Directora Regional de Economia da CCR Norte, que diz no assunto “Designação do Representante ao abrigo da lei cento e vinte sete barra dois mil e quatro, de trinta de Março”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu a este Deputado que, em traços largos, poderia dizer qual o conteúdo daquele ofício, não lhe sendo possível apresentar de imediato uma cópia daquele ofício em virtude dos Serviços Administrativos da Assembleia funcionarem fora do edifício onde decorria a presente sessão. Assim, informou que a Assembleia Municipal

tinha recebido uma convocatória para uma reunião marcada pela Direcção Regional da Empresa do Norte, onde esteve presente o senhor Presidente da Câmara - que, por inerência do cargo, é o Presidente dessa Comissão - onde ele esteve presente em substituição da Assembleia porque, nos termos do Regimento, na falta de um elemento da Assembleia, é o Presidente da Assembleia que, por inerência, substitui os elementos. E porquê? Porque esse ofício foi apresentado depois de haver reunião da Assembleia Municipal, onde esteve presente também o Presidente da ACISM, tendo-se feito uma reunião relativamente ao pedido para a instalação de uma média superfície em Mogadouro. Aquela reunião foi no Porto; foi extraída uma Acta do teor da reunião, mas pensava que ali na sala tinham uma pessoa mais indicada para fornecer aquelas informações, visto ele também não se querer fazer substituir ao Presidente da Comissão. De qualquer das formas, em relação ao ofício, ele foi na qualidade de membro da Assembleia, porque não foi ainda designado outro elemento, pelo facto de não ter havido reunião. Foi a Câmara, foi a ACISM, a Associação dos Consumidores – que deveria ser representada pela DECO – não estava, e a própria Directora-geral. Sobre o teor do ofício, em traços largos, era aquilo; a cópia ser-lhe-ia depois enviada. -----

----- Passou de seguida ao ponto que se seguia no Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que, dado ser um espaço de tempo que mais os ocupa, por ser aquele em que os senhores deputados podem dar largas à imaginação para apresentar as questões de interesse do município e, para depois não haver misturas de umas coisas com as outras, iria de seguida receber as inscrições. Entretanto, enquanto decorriam as inscrições, a Mesa propunha um *Voto de Pesar* pelo falecimento do pai do senhor Deputado Municipal *Albino João Cordeiro Rodrigues*, que seria de imediato posto à votação. Feita a votação, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida, anunciou que tinha acabado de chegar à Mesa uma Proposta, a qual leu de seguida: -----

----- “*Proponho à Mesa que ponha à discussão e aprovação desta Assembleia esta Proposta de reivindicação da Ponte Internacional sobre o rio Douro, entre Ventuzelo (Portugal) e Masueco (Espanha), a qual será enviada ao Governo exigindo que seja incluída a sua discussão na próxima Cimeira, em Zamora, entre Portugal e Espanha.* --

----- *O Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo,* -----
----- *Cândido Francisco Fernandes*” -----

----- Informou que esta Proposta iria ser assinada e aceite pela Mesa, sendo de seguida posta à votação. Antes porém, perguntou se alguém pretenderia discutir aquela Proposta. Como não aparecessem interessados em usar da palavra, foi esta Proposta posta à votação, tendo a mesma sido

aprovada por unanimidade. -----
----- De seguida, deu a palavra às pessoas inscritas para usar da palavra neste ponto. -----

► **JOAQUINA MARIANO**, Presidente da Junta de Freguesia de Sanhoane, usou a seguir da palavra, começando por dizer que aquela intervenção era para já ter sido feita numa sessão anterior, só que, a primeira foi a tomada de posse, seguindo-se depois o Plano de Actividades, com um extenso trabalho, pelo que só agora lhe tinha sido possível fazê-lo. De seguida, fez o seguinte discurso: -----

----- *“É na variedade que está a beleza. Já imaginaram quão triste seria o mundo se todas as coisas que o povoam tivessem a mesma forma e tonalidade? Seria o que aconteceria com esta digníssima Assembleia se todos fôssemos iguais. Mas não, ela é constituída por elementos com características muito diversas, quer físicas, intelectuais, morais e políticas. Olhando esta moldura vemos: uns são mais altos, outros são mais gordos, uns são morenos, outros são claros – características físicas, intelectuais também há diversidade: uns têm cursos superiores, outros médios, outros ficaram com a quarta classe, e por aí fora, e morais – uns são melhores, outros são piores e políticas, pois cada um tem a sua “cor” e adere a esse Partido.* -----

----- *Alguma vez já repararam também que quando duas pessoas cruzam as mãos e as apertam (fazendo a dita cadeirinha, como nós lhe chamamos) conseguem levantar e transportar grandes pesos? É isso mesmo, meus amigos, que eu queria pedir-vos para fazer aqui. Fala-se muito em unidade, mas prescinde-se da união. Se todos cruzássemos as mãos e as apertássemos com a mesma finalidade, teríamos mais força para impulsionar Mogadouro no sentido do seu progresso e do bem-estar dos seus munícipes, quer a nível da saúde, como socio-económico, educacional e outros. Mas, que pena, a política intervém e depressa nos tornamos semelhantes às abóboras.* -----

----- *É isto que me tem sido dado observar. Há nesta Assembleia maioria dum Partido e as ideias apresentadas por ele quase sempre prevalecem, pois, raramente, vejo um membro desse Partido fazer oposição às mesmas, mesmo que depois, lá fora, mostrem discordância. «Sê tu mesmo e não tentes imitar os outros». Todos somos necessários, mas cada qual deve pensar por si próprio e executar o seu trabalho específico integrando-se no todo. Uma orquestra é constituída por muitos e variados instrumentos, mas cada um tem o seu lugar definido no conjunto onde se integra e é assim que cria harmonia na totalidade.* -----

----- *Pois, creiam-me, estive bem atenta quando foi a votação relativa ao processo da transferência de Capital da Câmara para as Juntas de Freguesia. Concerteza que alguns Presidentes de Juntas de Freguesia não tinham falta de dinheiro para efectuarem obras ou, então, não se*

importavam em as fazer, ou ainda, talvez, lhes fossem oferecidas, porque aí demonstraram não terem vontade própria pois todos foram unânimes e disseram «Ámen» e noutras votações têm dito «Assim seja». -----

----- Eu, confesso, como poderia fazer qualquer obra com quatro mil euros, que foi o que recebi desta Câmara no decorrer do ano dois mil e cinco (perdão, lá chegou um cheque com mais dois mil e quinhentos euros, datado de trinta de Dezembro). Mas, fiz algumas obras, podem crer, mas é porque tinha saldo anterior e tivemos que nos privar das remunerações durante alguns meses. O pior é que ainda fui bem criticada pela sua execução. -----

----- A Torre da Sineta era uma obra que eu não queria sair da Junta sem a deixar executada, pois faz parte da memória do meu povo, e várias vezes fui abordada para que a sua recomposição fosse feita. É um recordar de tradições: o toque para a escola; o arranjo de caminhos; reuniões de carácter de Freguesia; os paga-vinho; e outros, e outros. Foi dinheiro mal empregue, como me apontaram? Não foi, creio bem, e até houve unanimidade na votação na Assembleia de Freguesia para a sua reconstrução. -----

----- E, em relação ao tanque de Santo Amaro, quanto deu que falar! Apontaram-mo como campanha eleitoral. Não foi, meus amigos! Ele sempre ali existiu. Agora, quanto à localização não ser a mesma, lá isso é verdade. Mas, que eu me lembre, já foi transferido quatro vezes, devido a obras no local e haver necessidade da sua mudança. Foi o que aconteceu desta vez. Não enquadrava na nova urbanização e teve que ser transferido mais outra vez. Segundo eu ouvi, e grande parte de vocês ouviram também, a Câmara até já se tinha prontificado a fazer tal obra, só que nunca me foi dito! E então, já que lhe poupei a execução, porquê tanta demora na ligação da água ao mesmo, visto já lhe ter sido solicitado e, sendo muito mais económica, pois é só atravessar um caminho rural, porque não o fizeram ainda? Enfim, devem ser as politiquices. -----

----- De facto, meus amigos, quero aqui afirmar-lhes, não é democrata quem diz que o é, mas quem o prova, no seu dia a dia, pelas palavras e pelos actos demonstrados. Aquele que para subir tenta calcar, diminuir e colocar pessoas, até familiares, contra o seu semelhante, não pode ser bom político, nem bom cidadão porque lhe falta carácter que o torne digno desse bom nome. -----

----- Com grande humildade e muita sinceridade, quero afirmar, e dar conhecimento a esta Assembleia, que sempre, mas sempre, me tenho esforçado para dar o melhor com o meu contributo, quer em ideias e trabalho em prol do bem de toda a Comunidade mas, sobretudo, daquela onde nasci e onde vivo, até mesmo antes de ser Presidente da Junta. É claro que os anos não perdoam e eu reconheço tal. No entanto, creio estar ainda com as minhas faculdades físicas e mentais no seu estado normal,

embora um pouco enfraquecidas, como é também natural. Mas, já pensaram que um livro quantas mais páginas tiver mais ensinamentos nos dá? (E já tenho ouvido chamar a uma pessoa muito idosa uma grande biblioteca – talvez já o tenham ouvido também). Sim, sei que sou velha, e até informo que entrei em Setembro para a chamada Terceira Idade, ou grupo dos Seniores. Mas, mais uma vez enfrentando, atentamente, esta moldura humana, até creio ver nela pessoas mais idosas do que eu, mesmo Presidentes de Juntas e que, por certo, talvez nunca lhes pusessem a questão da idade para o desempenho desse cargo mas, a mim, foi-me colocada, e mais que uma vez. -----

----- Ninguém gosta de ser magoado ou tratado como se não tivesse importância, como aconteceu comigo. Desculpem este meu desabafo, mas tinha que o fazer. Há um ditado popular que diz: «Quem não se sente, não é filho de boa gente», e eu sou. -----

----- O meu povo, ou melhor, a maioria dos eleitores de Sanhoane mostrou, mais uma vez, ter confiança em mim e, por conseguinte, aqui estou para poder lutar e ter voz em relação aos seus anseios e satisfação das suas necessidades. -----

----- Neste momento, quero lembrar ao Executivo Camarário: - Para quando as grades de protecção na nossa estrada, entre as lagoas e outros locais críticos, já tantas vezes por mim solicitadas? Estão à espera do pior? Sintam-se responsáveis se tal acontecer (a estrada de Saldanha foi concluída no final do ano passado e já as possui). E a continuação do arranjo da entrada da aldeia? Acham que fica bem assim? Vão ver, e vejam como está. A seguir a uma obra tão bonita (e que muito lhes agradeço) aquele descabro, buracos, asfalto desfeito, valas (e uma bastante acentuada, devido a ser aberta para a conduta dos cabos eléctricos e ali está sem termos hipótese de desvio). E a continuação do pavimento a paralelos, a ligar à Rua de Baixo, era de grande necessidade pois, além do bom aspecto, teríamos piso condigno e a Câmara, com um bocado de boa-vontade, pois não seria assim tão dispendioso, ficaríamos também com uma entrada atraente. -----

----- Bem, mas vou passar a um segundo capítulo. Há coisas que não se podem criticar mas louvar. Uma é a atenção que querem demonstrar para com os idosos: são os cinemas, as aulas de ginástica, além do convívio anual que já estavam a realizar. Tudo muito certo. Só que essas actividades serão extensivas a todo o concelho ou só aos seniores da vila de Mogadouro? Mandaram os bilhetes para o cinema, só que este desenrolou no dia doze e eles chegaram dia treze. E quem não gostava de ver a nossa saudosa Beatriz Costa e cantarolar com ela «Água fria, da ribeira...». As tais sessões de ginástica, não sei se já estão a ser exercidas e qual o critério adoptado. Não seria mais fácil levar o professor, ou o agente encarregado dessa área, em sistema rotativo pelas aldeias do que

fazer com que os idosos se desloquem, uma vez que se lhes torna difícil a movimentação? Talvez depois do exercício consigam fazê-lo mais facilmente, pois todos sabemos quão eficaz se torna o exercício físico, sobretudo nessa classe etária (e eu também gostaria de participar). -----

----- Quanto á Feira Franca, que está a decorrer, tenho que lhes dar mais uma vez os parabéns, pois tem melhorado significativamente de ano para ano. Nada há a criticar, antes, pelo contrário, agradecer o bom acolhimento e o programa existente. Se tudo não corre pelo melhor, como os expositores-feirantes queriam, não se pode culpabilizar o Município mas sim as condições climatéricas que têm sido bastante adversas. Mas, vale a pena apostar no evento e dar-lhe continuidade, pois é um bom meio de dar escoamento a alguns produtos da nossa região e as pessoas rejubilam de contentamento ao contarem os poucos euros nela conseguidos. Bem hajam por darem felicidade a quem necessita. -----

----- Quanto ao polémico tema do encerramento das escolas e agrupamentos, não me vou alongar, embora muito tivesse a dizer mas, estão aqui alguns agentes de ensino no activo que mais sentirão o caso e talvez se queiram pronunciar. Só digo, sintetizando – aldeias mudas – daqui a amanhã só serão florestas e casas a desmoronarem-se. Crianças tiradas do seio materno com tão tenra idade dá pena, pois ficam expostas a tantos perigos, quer físicos quer morais. -----

----- Quanto ao insucesso escolar, não acredito que seja derivado aos poucos alunos existentes nas escolas, como a senhora Ministra da Educação o tem afirmado, antes pelo contrário, pois com poucos o ensino pode fazer-se individualizado, pois dizem os pedagogos que, sempre que se possa, deve aplicar-se tal ensino, pois cada criança tem uma personalidade e capacidades específicas que o agente do ensino deve estudar e aplicar o método adequado a cada uma para obter melhor rendimento. Mogadouro não pode ficar quieto. Temos que lutar. Só três agrupamentos são insuficientes para um concelho com uma área bastante extensa. Bem, creio que já me prolonguei demasiado e vou terminar esta minha exposição. Para finalizar digo apenas: se tu, eu e o outro, cada qual com as suas capacidades, fizermos uma cadeia de solidariedade conseguiremos ver melhor, criar ideias, aclarar situações e vencer barreiras que tornarão mais largo o nosso horizonte e através dele veremos o nosso Mogadouro a brilhar com aquelas belezas que sonhámos para ele e com que todos anelámos. Façamos tal, apertemos bem as mãos, ponhamos as nossas capacidades em acção e estaremos a cumprir o nosso dever de bons políticos e de verdadeiros democratas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu a esta Deputada pela sua brilhante intervenção, a que já estavam habituados, o que só reforçava, realmente, a elevação daquilo que pode ser uma Assembleia Municipal. ----

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra, dizendo: -----

----- “Muito bom dia senhores responsáveis da Mesa, senhores representantes da Câmara, senhores Deputados Municipais e senhores Presidentes de Junta. -----

----- Começo esta intervenção. Por me congratular com o facto de haver por parte do município um certo cuidado no que diz respeito ao embelezamento que se vai notando na área envolvente do edifício municipal. -----

----- No entanto, não queria aqui também deixar de referir que este projecto de embelezamento peca por alguns pormenores. Por exemplo: pergunto ao senhor Presidente da Câmara, na qualidade – eu – de Coordenador do Clube da Floresta da Escola Secundária de Mogadouro, que árvores são aquelas que acabaram de ser plantadas? É que já perguntei a várias pessoas e não me conseguem informar. Pois penso que poderiam ter sido utilizadas árvores autóctones (freixo, castanheiro, carvalho – há tantas árvores da nossa região) assim, o património vegetal e do concelho ficaria mais enriquecido. O próprio Parque Natural deveria ser consultado e até dar um parecer, embora fora da sua área de jurisdição. Por outro lado, parece-me também que se denota um desajustamento na política municipal, ou seja, a população diminui, os passeios aumentam e afunila-se, sem necessidade, os espaços de circulação. Parece-me que o responsável do projecto deve estar a projectar para uma cidade, onde o número de população é cada vez maior.

----- O segundo ponto que aqui gostaria de aflorar é o estado deplorável de algumas infra-estruturas municipais. Eu frequento, por isso estou à vontade para falar nisto. As piscinas cobertas, que frequento, estão a chegar ao caos. (Paredes pretas, musguntas, grelhas com verdete, balneários onde o banho é maior vindo do tecto do que dos chuveiros, secadores avariados, partidos, chuveiros que não funcionam, etc.) e a Câmara continua a levar a taxa de utilização como se estivesse a prestar um bom serviço. Penso que, neste caso, por culpa da Câmara que não faz manutenção das infra-estruturas em tempo oportuno. O que deveria acontecer era a Câmara pagar aos heróis que, com estas condições, estão a ser “roubados” e continuam a frequentá-la. No mínimo, deveriam reduzir a taxa, pois o serviço prestado é de má qualidade, colocando o nome de Mogadouro em causa, pois há vários utentes, por exemplo professores, e pessoas que nos visitam, que se servem destas instalações. Um exemplo de um familiar meu que recentemente esteve no concelho a fazer férias, vindo do Brasil, dizia: «Só em Mogadouro!». Será que pretendem fechar as piscinas deixando-as degradar? Ou justificar assim tal encerramento? O meu filho tinha piscina na pré; agora, na escola primária, não as utilizam porquê? Sugiro então, que a manutenção das piscinas se faça todos os dias, mas as obras de fundo sejam feitas em períodos de encerramento: as de Verão, no Inverno; as cobertas, no Verão,

para não se repetir o colocar azulejos, o pó do cimento, com os utentes a utilizarem, em plena prática e em plena abertura. -----

----- O terceiro ponto, que eu queria aqui também abordar, refere-se às obras do Projecto Túnel, como eu lhe chamo, pois sempre que ali passo não posso deixar de comparar o que ali está e a maquete em forma de justificação, que tão habilmente passou durante a campanha eleitoral, enganando-me completamente, a mim e a todos os Mogadourenses. Pergunto então ao senhor Presidente: o projecto Túnel, que mais parece túnel de lavagem de autocarros, sem escovas, corresponde ao projecto original? No caso de não ser o original, em quantas alterações já vai? E sugiro que, para não terem de propor outras alterações, coloquem relva artificial, da que sobrou do campo de futebol, naquela inclinação. Não quero aqui criticar quem constrói, mas sim quem destrói o espaço que anteriormente ali estava e que, para além de mais bonito e arejado (na minha perspectiva), se construiu com a justificação de seringas, preservativos e evocando a fraca utilização. Será agora, sim, mais propício para este tipo de práticas ilícitas, pois está mais escondido, e ainda bem que não há «sem abrigos» em Mogadouro, mas provavelmente, naquelas instalações poderão, mais hoje, mais amanhã, passar a pernoitar aqueles que nos visitem. -----

----- O quarto ponto que gostaria de falar é sobre o projecto que está em execução no antigo Campo de Futebol. Penso que vai ficar bonito, e onde não há críticas a fazer, não se fazem. No entanto, só um pequeno pormenor: aquela Biblioteca, com tanto espaço, se calhar não tinha necessidade de tapar tanto a Senhora do Caminho. Tanto espaço que, urbanisticamente, parece-me muito desenquadrado, com aquela altura. ----

*----- Para concluir, direi que o que me parece de todos estes projectos: sofrem muitas alterações ao longo da execução; o projecto inicial acaba por, muitas das vezes, se calhar (não sei se isto é possível) ultrapassar o valor. Ora bem, o que me parece é que os projectos se alteram, se vão alterando. Imaginem agora, se eu vou fazer uma casa, me lembro a cada momento de andar a alterar o meu Projecto. O Departamento de Obras diria: «este gajo está a ser um chato, vou-lhe reprovar o Projecto». -----
----- Muito obrigado.» -----*

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra dizendo: -----

----- “Querida começar por dizer que me surpreendeu a pobreza da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. Ou seja, penso que não é de grande interesse, porque, na Ordem de Trabalhos não constam os assuntos de mais interesse para o município. E, leva-me a crer, então, que afinal até tínhamos razão quando abandonámos esta sala para votar o Orçamento, porque afinal era uma farsa. Ele, hoje, já está aqui para ser rectificado, passado um mês e pouco. De educação, nem ao de leve se toca. Numa altura em que, é no Rádio, é na Televisão, é nas ruas, toda a gente fala, o nosso município, nem

sequer, ao de leve, a foca. E é estranho! É estranho não aparecer sequer na Ordem de Trabalhos, o que significa que é relegada para segundo plano. E, queria dizer ao senhor Vereador que, dia doze de Dezembro, quando nos disse aqui, nesta Assembleia, a todos, que ainda não sabiam como iam ficar, quantos Pólos iam ficar, onde, e o Ministério é que iria decidir, no mínimo, faltou-nos à verdade a todos. Porque, dia vinte e quatro de Novembro, tinha havido uma reunião com os intervenientes, onde ele tinha proposto (e tinha sido ele a propor) os três Pólos; e disse também que tinha a certeza que o Presidente do Agrupamento das Escolas não estava a defender, nem o interesse dos miúdos, nem os dos professores. Ora, eu pergunto, o que é que ele respondeu quando o nosso Presidente propôs oito Pólos para o concelho, distribuídos segundo a área geográfica, e ele, peremptoriamente, com a sua – Vossa Excelência – com a sua douta sabedoria respondeu, peremptoriamente, que eram três e que o assunto estava encerrado. O nosso Presidente do Executivo das Escolas do Agrupamento enviou um Parecer para o CAE e para a DREN, e a DREN estava na disposição de aceitá-lo ou chegar e contrapor seis. E, se soubessem lutar pelos oito, iriam ficar os oito mesmo. Também foi aqui dito que os actos ficam com quem os pratica e, este, têm que o assumir. Falava na Carta Educativa. As Cartas Educativas estão suspensas e, ao que me parece, um documento suspenso não está em vigor. Também, a propósito da Carta Educativa, o Decreto-lei número sete de dois mil e três diz o seguinte: «A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, aprovada pela Assembleia Municipal respectiva, após discussão e parecer do conselho Municipal de Educação». Eu pergunto, se alguma vez a Carta Educativa veio aqui a esta Assembleia. Foi dito aqui também que o nosso concelho é pioneiro por possuir uma Carta Educativa aprovada, mas que nunca veio, pelos vistos, a esta Assembleia, e eu estou plenamente convencida que vai ser o último a possuir condições dignas para as nossas crianças. Tanto quanto me foi informado, nem sequer o projecto de candidatura foi apresentado, possivelmente porque este município, seguindo uma política de endividamento alegre e irresponsável, não soube definir prioridades para o concelho, concluindo que seria prioritária a construção de uma Casa das Artes, porque até tínhamos os nossos artistas de malas na rua à espera dos aposentos. E, permitam-me que lhe pergunte, se algum autarca das freguesias do concelho – a algum autarca – foi dada oportunidade no sentido de se poder manifestar a sua opinião quanto ao encerramento das escolas, porque eu sei que houve concelhos que reuniram com professores e Presidentes de Junta, e com a comunidade educativa, com todos os intervenientes, ouviram-nos e, juntos, sabemos que encontraram uma solução, não a que pretendiam, mas a possível, no sentido de que as crianças frequentem uma escola que viabilize respostas educativas e sociais e, em simultâneo, assegure a razoabilidade

das deslocções das crianças numa tríade de conforto/segurança/duração dos percursos e distância a percorrer. Foi dito aqui também, pelo senhor Deputado Vítor Batista, que os Pólos iriam criar um suicídio – os oito Pólos, um suicídio a curto prazo, quer da qualidade de ensino, quer do emprego dos professores. Eu informo-o de que nem toda a gente comunga desta opinião, e até lhe digo que, noutros países mais avançados que o nosso em educação, e que, curiosamente, depois de terem apostado na concentração da rede escolar, estão novamente a apostar na desconcentração. Que os seus defensores (isto não são opiniões minhas, nem de meros fazedores de opinião!), e que os seus defensores entendem que a promoção do sucesso escolar passa pela manutenção de escolas rurais, ou por uma solução baseada na itinerância onde as crianças de tenra idade não estejam sujeitas a deslocções tortuosas – porque as nossas crianças vão andar, no mínimo, uma hora de transporte de manhã e outra à tarde - isto, para crianças de cinco anos, porque entram na escola feitos até Dezembro, e ainda que, perante a assustadora desertificação, há uma importante herança cultural a preservar, apontando como melhor solução a manutenção de escolas de pequena dimensão, surgindo como importante instrumento, ou mesmo único, de combate à desertificação. Que, a escola, é a instituição que está mais perto das famílias, e o processo ensino/aprendizagem escolar, não pode nem deve ser dissociado, nem distanciado, do educativo, ganhando este sentido, apenas, quando enraizado na comunidade e cimentado nas vivências das crianças. E concluíram, por experiência própria, que o modelo de desconcentração, é o modelo que vai de encontro às reais necessidades, expectativas e interesses das crianças, alicerçado na inclusão cultural e comunitária, por forma a rentabilizar o capital de vivências e de conhecimentos que as crianças transportam. E aqui termino a minha intervenção. Não sei se poderei dizer agora, mas na observação que o Deputado Aníbal Moreno fez, em que o senhor Presidente da Assembleia respondeu que iriam ouvir a fita, ora eu penso que não é bem assim. Porque, se a fita não consta, há aqui muita testemunha, e foi votado três vezes. Então, assim sendo, seria melhor, para além de ficarem gravadas estas reuniões, ficarem também filmadas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** falou a seguir, dizendo: “Relativamente à acusação que, em princípio, me foi dirigida, a mim pessoalmente, como Presidente da Mesa, devo recordar-lhe, à senhora Deputada, uma leitura atenta do Regimento – se é que ainda não o leu – convido-a a ler o artigo dezanove, sobre os Poderes dos Membros da Assembleia, onde, efectivamente, dispõe deste tempo precioso, que é o Período de Antes da Ordem do Dia, e que, por si só, justifica o conjunto diversificado de intervenções que pode fazer. Portanto, onde refere que há uma determinada pobreza na Ordem de Trabalhos, queria ainda recordar-lhe que o artigo trinta e cinco, no ponto três, diz o seguinte: «As

convocações das sessões, bem como as respectivas ordens de trabalho, serão objecto de análise e elaboração conjunta entre a Mesa da Assembleia e pelo Grupo de Líderes, sem prejuízo das competências do Presidente, previstas na lei e no Regimento». A Mesa é democrática, e como tal, cumpriu escrupulosamente este artigo e convidou, como sempre convida, os representantes dos Grupos Parlamentares com assento nesta Assembleia que, neste caso, é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, porque outros Partidos não há. Foi-lhe facultada a Ordem de Trabalhos para possível reajustamento, se assim o entendessem; concordaram em absoluto com a Ordem de Trabalhos, portanto, quem é a senhora Deputada para vir aqui questionar o quê. Questiona o seu Presidente do Grupo Parlamentar se tiver que o fazer; a mim, concerteza, não deverá questionar. Posto isto, vamos dar a palavra ao senhor Deputado Aleixo”. -----

► **ALTINO ALEIXO** falou a seguir, dizendo que o que pretendia dizer, era que achava que, nesta Assembleia, deveria haver mais intervenção. Deveriam ser mais interventivos, pois tinha sido para isso que o Povo os tinha elegido, que havia eleições, para as pessoas irem ali, apresentarem as suas ideias e falarem. Sabe que, muitas vezes, poderão falhar, dizer determinadas asneiras, mas, como se sabe, é com os erros que se aprende. É a errar que aprendem: quanto mais errarem mais aprendem e mais homens se tornam todos. E continuou: “Porque, errar é humano! – quem é que não erra? Neste caso, ainda a bancada (os senhores Deputados do PSD) acerca de dois meses, na última assembleia, também erraram. Erraram ao votar favoravelmente um Orçamento que, passados dois meses, está a ser rectificado. Mas, daqui não vem nenhum mal ao mundo; erraram, e agora vai-se a corrigir; corrige-se para melhorar as coisas. Houve um erro e os erros, quando trazem benefício, que normalmente trazem (e os senhores Deputados não se estejam a rir porque, de facto, houve melhorias). Houve melhorias porque as pessoas não são obrigadas a saber tudo e não sabem tudo e, o “sabe tudo”, já morreu. Ou melhor, não morreu, penso que deve estar em câmara ardente na casa mortuária, que não estava no Plano e Orçamento há dois meses e que agora já está. Mas, ninguém disse nada sobre isso, ninguém falou. Se calhar, alguém tinha a ideia e sabia que isso era importante, mas não se falou, ninguém disse nada. Por isso, pedia a esta assembleia que – estão no início de uma legislatura, praticamente, irão ter mais catorze, ou quinze reuniões – e que deverão ser mais interventivos, expor ideia, para ajudar, pois há a ideia de que muitas pessoas falam só para criticar, para deitar abaixo – isso é mentira; não devem ter essa ideia! Devem dar ideias, criticar, para ajudar a melhorar as coisas, todos unidos”. Disse haver outro ponto, que julga não ser relevante para o nosso concelho, mas é para despertar algumas pessoas. Como se sabe, quando há eleições - e a política está um bocado ligada com o futebol - e, quando há grandes

jogos, há sempre prognósticos: umas vezes acerta-se, há projecções (umas vezes as projecções aproximam-se mais que outras) e há sempre quem ganhe e quem perca. Recorda-se que, na altura da campanha eleitoral, houve Deputados – que hoje são Deputados – pessoas amigas, que conversavam e que apostavam – quer em Juntas de Freguesia, quer em Câmaras Municipais – apostavam num seis-um. Muitos chegaram quase a apostar num sete-zero. Estava um Deputado a rir, que ele muito prezava, que só tinha uma dúvida: que era saber se iria ganhar por cinco-dois ou por seis-um (era a dúvida convicta que ele tinha), disse. No final das eleições, o resultado não foi seis-um, nem foi cinco-dois, foi três-quatro. Por isso, muitas vezes, aquilo que parece, no fundo, na realidade, não é. E, como dizia o outro senhor, prognósticos, prognósticos, só no fim do jogo. E, para terminar, gostaria de perguntar ao senhor Presidente qual a posição da Câmara perante a possível instalação duma grande superfície comercial. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** depois da intervenção deste último Deputado, disse querer recordar-lhe que não fazem catorze ou quinze reuniões; o máximo que fariam seria cinco. -----

-----Do seu lugar, aquele Deputado respondeu que era durante a legislatura. -----

► **ANÍBAL MORENO** interveio a seguir para colocar algumas questões directamente à Câmara. Então, disse: “Como deve saber, está em discussão pública (e penso que o período de discussão pública está a chegar ao fim) sobre o Plano Sectorial da Rede Natura Dois Mil. Portanto, queria saber se a Câmara já tomou alguma posição sobre esse Plano Sectorial da Rede Natura Dois Mil, que penso que terminará o prazo da discussão pública por volta de oito a dez de Março. Se a Câmara já tomou alguma posição, que informe a Assembleia Municipal dessa posição; por outro lado, questionar a questão do Mercado do Gado. Como o senhor Presidente tem conhecimento, na altura em que eu era Vereador, e quando este assunto foi levado à reunião de Câmara – a remodelação, ou alteração do Mercado do Gado – na altura disse que se estava – acho que foram mesmo estas palavras que foram proferidas, e que estarão em acta – que estava a roubar uma infra-estrutura à agricultura. Na altura contestaram que não era assim, que a agricultura se continuaria a servir daquela infra-estrutura mas, a verdade – porque passei lá no dia de feira – de facto, aquela infra-estrutura acabou finalmente por ser roubada à agricultura. Na altura, propus que, já que se ia remodelar, que se deixasse alguns instrumentos, de forma a que pudesse ser utilizada para as feiras do gado, para as feiras de apresentação de gado e, nessa altura, foi feita uma alteração ao Projecto, que foi aprovado nesta Câmara Municipal, em que ficavam lá – não sei o nome que lhe hei-de dar – onde se prende o gado, e que seria uma estrutura que descia e se levantava sempre que fosse necessário. Portanto, ficaria enterrada e que, quando era necessário, subia novamente e era utilizada

perfeitamente pelos agricultores e para as feiras do gado. Neste momento, passei pelo Mercado e, de facto, essa estrutura não foi construída, está completamente cimentada e, portanto, quanto a mim, a agricultura ficou de facto mais pobre porque lhe retiraram essa infra-estrutura que foi construída, especificamente, para servir a agricultura e, neste momento, não vai servir. -----

----- Outro assunto que queria colocar também, porque já o coloquei na última Assembleia Municipal, e que me expliquem, de uma vez por todas, o que é que se passa com a Casa das Artes. Na última Assembleia, a informação que tive – ou que me foi dada – é que havia um pequeno pormenor de Projecto mas que seria ultrapassado rapidamente. Que eu saiba, a obra continua parada e, provavelmente, não seria um pequeno pormenor, nem um pequeno problema; se calhar, é um grande problema. Que se informe também, de facto, a Assembleia Municipal, do que se passa com o Projecto da Casa das Artes. -----

----- E, finalmente, queria questionar também a Câmara Municipal sobre as transferências de Capital para as Freguesias. Tive conhecimento que a Câmara já aprovou um mapa de distribuição mas, aprovando só metade das Transferências de Capital e deixando outra metade para os chamados Contratos-Programa e parece que, portanto, uma parte – a parte que vai no mapa – será distribuída segundo as regras dos três Efes do Fundo de Fomento das Freguesias (que eu acho bem) e, portanto, só lamento que não seja utilizado para toda a verba e, pelos vistos, a outra parte que fica, dá-me a impressão que foi criado outro Fundo, o «Fundo de Fomento Partidário» o que isso é lamentável. Portanto, não se sabe quem vai ter acesso a esse Fundo, a esse chamado Fundo de Fomento Partidário mas, concerteza, se pensarem um pouco, chegarão brevemente à conclusão quem serão os seus destinatários. Portanto, não concordo, e concerteza que esta Assembleia também não concordará, que as Transferências de Capital não sejam distribuídas, na totalidade, de forma e com as regras do Fundo de Fomento das Freguesias. Por isso, é de lamentar que se fique com metade da verba para distribuir a seu bel-prazer, não seguindo quaisquer critérios, nem quaisquer regras, para com as freguesias. Tenho dito”. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** foi o orador que se seguiu e que disse ir ali apenas tecer alguns comentários acerca da intervenção do Deputado Altino Aleixo que ali tinha ido reivindicar mais intervenção. Considera que as intervenções, quem as quer, fá-las, quem não quer, fica calado, e às vezes vale mais ficar calado do que ir ali dizer certas coisas, como já se tinha ouvido. E continuou dizendo: “Veio aqui dizer que errámos, que se erra muito nesta Assembleia – errámos ao votar favoravelmente o Plano de Actividades e Orçamento. Errámos porquê? Nós tomámos a nossa decisão e votámos em consciência. Eles até tomaram outra – abandonaram a sala – mas, cada um, faz aquilo que entende. E diz que errámos porque já hoje

vêm alterações ao Plano. Muito bem. Oxalá que alterações como esta, que pelo motivo desta, haja muitas, muitas, durante os próximos quatro anos – é bom sinal. E, deveria ter esperado pela aprovação e pela discussão das alterações para tomar uma posição porque, de facto, não acho que tenha sido um erro tê-la votado favoravelmente e agora trazer as alterações se elas se justificam, o que veremos mais à frente na discussão e votação se se justificam ou não. Eu já vi aqui errar e, de facto, ele não devia ter feito esta intervenção e acusar-nos de errar porque, quem toma as posições que ele tomou na última Assembleia, ao pôr-se do lado daqueles que aceitam, ou que defendem, um encerramento das Urgências, é que está, de facto, a errar. Eu, até arriscava a dizer que, em nove anos que estou nesta Assembleia, foi o maior erro que eu vi cometer aqui dentro: defender o encerramento das Urgências! Nunca ouvi tal! Mas, a posição fica com ele. Quanto a resultado das eleições, acho que também não errei muito. Penso que acertei mais do que ele porque acho que ficámos mais perto, nós, dos cinco-dois do que ele da vitória”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra, explicando que o que o levava ali era o facto de ali se ter falado no seu nome, relativamente ao “assassino” dos postos de trabalho. Afirma que defende uma rede, ou melhor, uma redefinição da rede, consciente, minimizando os impactos negativos – qualquer alteração tem os seus impactos, mas há que avaliar os negativos e os positivos. Entende que aquilo que estava subjacente na Carta Educativa, que foi elaborada por todos os sectores da sociedade, inclusive professores, encarregados de educação, tinha certamente a melhor alternativa de forma a qualificar o ensino, qualificar a profissionalização dos nossos cidadãos e salvaguardar os postos de trabalho dos professores porque apostava numa chamada monodocência, por exemplo, a nível do Primeiro Ciclo – monodocência coadjuvada. Uma monodocência coadjuvada – explicou: existe um professor titular mas, à volta desse professor, existe um conjunto de professores que dão apoio, em salas próprias, devidamente equipadas, apoio técnico-pedagógico a essas crianças. Acha que estão ali a confundir o que são oito Pólos – do que estão a falar é de oito escolas. Considera que se fala ali em Pólos mas ninguém sabe o que é um Pólo. E passou a explicar que um Pólo educativo é um Pólo por excelência, onde existem todas as infra-estruturas de apoio técnico-pedagógico para a qualidade de ensino das nossas crianças. Portanto, prevê-se que tenha as salas de estudo, as salas propriamente ditas, que tenha uma biblioteca, que tenha equipamento desportivo, e outro tipo de equipamentos – a nível das artes e outro tipo de apoios que possam surgir. O que se falava ali, disse, era uma proposta onde existia uma sala, onde se iriam meramente concentrar alunos. Ele não concorda com isso; concorda com a construção de estruturas polivalentes, criadas com consciência, a pensar no futuro do nosso concelho, que é o futuro das

nossas crianças, porque, realmente, elas são o futuro. Afirmou que a sua posição sempre foi ordenar, reordenar com consciência, reordenar aquilo que realmente todos os sectores, ou os “stakholders” propuseram ou, pelo menos, foram de consciência, em unanimidade, propor. Aludiu também ao facto de ali se ter falado em erros. Também considera que a verdade se constrói por eliminação de erros e não por criação de verdades porque, a verdade, propriamente, é relativa e não existe. E continuou: - “Errámos quanto ao Plano de Actividades? Eu não sei que ideia têm de um Plano de Actividades. Qual é a definição de um Plano de Actividades? O Plano de Actividades é um documento exacto? Deixo no ar esta questão – se entendem que o Plano de Actividades é uma coisa estática e definitiva. Se realmente entenderem que é, está muito errado porque, um Plano de Actividades é um Plano dinâmico, onde se vão fazendo ajustamentos ao longo do futuro, ou, ao longo de todos estes anos, quer os executivos do PS, quer os do PSD, estiveram a errar em todos os seus mandatos. Não há nenhum Plano de Actividades que seja estático. Aliás, é tecnicamente incorrecto que um Plano de Actividades seja estático. Um Plano de Actividades deve ser dinâmico, deve prever introduções, porque ninguém prevê o futuro; ele deve estar em aberto para a introdução de novas alterações. Isso é que é um Plano correcto. Se o tornássemos estático, isso sim, estaríamos a errar. Quanto a errar as previsões, eu não sei se o Deputado errou. Queria saber se ele acertou. Em primeiro lugar, a minha questão, é se ele acertou. Se acertou, é porque, à partida, estava-se a candidatar a assumir uma derrota mas, também como já aqui foi referido, quem mais se aproximou da verdade certamente não foi o senhor Deputado, porque eu pressuponho que o senhor Deputado estava a pensar que ia ganhar. Portanto, quem se aproximou da verdade, realmente não foi o senhor Deputado porque, se calhar aproximou-se mais dos cinco-dois do que dos quatro-três, na posição inversa. -----
----- Também foi aqui evocado que fizeram estudos noutros países. Em primeiro lugar, eu gostava de saber qual foi o país que serviu de base para esse estudo. E depois, nós temos a mania, e a sociedade está envolvida em fazer estudos, depois fazer mais estudos, e depois comparar estudos. Eu acho que há uma coisa de que nos estamos a esquecer. Realmente, a coerência de um seu todo, só vale pelas especificidades que tem. Ou seja, se não potencializarmos as especificidades, nunca podemos qualificar o seu todo, ou seja: Portugal, se estiver a pensar numa política generalista, sem ter em conta as particularidades próprias de cada região, não pode potencializar o seu todo. Portanto, isso de estudos, a mim diz-me muito pouco. Um estudo é feito de uma realidade. Aliás, um estudo que é feito em Lisboa, não serve para mim; um estudo que é feito noutro país pode não servir para Portugal. Em primeiro lugar, também gostava de saber qual era o país, quais eram as características do seu meio rural, em termos de

densidade populacional, em termos de tipo de economia. Para mim, há muitos estudos e, se formos ver, uns estudos apontam para uma coisa e outros estudos apontam para outra – muitos deles até são contraditórios. Para mim, isso não é suficiente. Acho que nós é que temos de atender à nossa realidade, que os estudos sejam feitos cá e não nos compararmos com outros porque andamos muitas vezes a adoptar estratégias dos outros e, por vezes, temos que andar sempre a dar marcha atrás”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, antes de dar a palavra ao próximo interveniente disse que, em virtude de já estar ultrapassada a hora destinada para este ponto pelo que terá de se recorrer ao prolongamento do horário do Período da Ordem do Dia. Tendo a Assembleia poderes para autorizar o prolongamento por mais uma hora, gostaria também que se fizesse mais alguma economia de tempo e que tentassem observar o Regulamento dado que, neste ponto, cada Deputado tem direito a usar da palavra até dez minutos. De qualquer das formas, disse, como foram ali referidas pessoas, pelo que têm todo o direito de ali ir mas, de qualquer das formas, deveriam preocupar-se mais com os problemas do concelho e, coisas que estão ultrapassadas – só daqui a quatro anos é que haverá novos desafios – nessa altura preocupa-os outra vez; agora, acha que se deveriam mais centrar nas questões, e nalgumas que foram ali afloradas. De seguida, deu a palavra ao Deputado Municipal que se segue: -----

► **ALTINO ALEIXO** voltou novamente a usar da palavra dizendo o seguinte: - “Eu, vim aqui mais uma vez e (não sei se repararam) a minha intervenção e o meu «pedido» já deu frutos. Eu não disse quase nada e, estão a ver, como se criou já aqui uma discussão? Isto é útil, embora tivesse pouco sumo. Eu não me vou alargar muito, só vou dizer uma coisa: o senhor Deputado, que me ouviu aqui coisas graves, eu já lhe ouvi a ele coisas mais graves, mas fique descansado que eu não digo nada. Quero dizer-lhe uma coisa: acusaram-me aqui que é feio apontar, mas eu vou dizer-lhes uma coisa: temos cinco dedos numa mão, nenhum é igual; não viram apontar com o polegar, nem com o anelar, nem com o fura bolos. Eu, quando aponto, aponto sempre com o indicador. Eu acho que não vale a pena discutirmos mais, que isto também traz pouco interesse para o concelho e vamos ficar por aqui”. -----

► **ANÍBAL MORENO**t usou novamente da palavra, dizendo: - “Senhor Presidente, eu pedi a palavra para defesa da honra da bancada. Foi a minha bancada acusada de ter abandonado a sala e é para dizer a esta Assembleia que, ao senhor Deputado que nos acusa dessa forma, não lhe reconheço autoridade moral para o caso, para quem, há oito anos, tomou a mesma posição abandonando esta sala. Portanto, não lhe reconhecemos autoridade moral de nos dar lições, porque ele já fez o mesmo há oito anos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse neste momento que, antes de dar a palavra à Câmara ... Deixou suspenso o seu raciocínio para perguntar

ao senhor Deputado Municipal António Martins se achava que tinha sido ofendido na defesa da honra. Como a resposta fosse positiva, deu a palavra àquele Deputado pedindo-lhe que fosse breve. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS**, usando novamente da palavra, disse: - “Isto, de abandonos, tem muito que se lhe diga. E, de facto, nós já abandonámos a sala, não o negámos, toda a gente o sabe. Foi verdade que abandonámos a sala – estávamos na oposição, na altura, no primeiro mandato. Mas, a questão é que, desta vez, abandonaram a sala por um motivo que tinha sido discutido – o envio dos documentos – na sessão imediatamente anterior que, por acaso, coincidiu ser do anterior mandato. Mas, isso não está em causa. Eu penso que deve ter ficado em acta. Por acaso ainda não me dei ao trabalho de ir consultar as actas, a ver quem tinha ou não tinha razão. Não sei de que lado ficou a razão, confesso. Agora, quando nós abandonámos a sala, o tempo encarregou-se de nos dar razão. E, tanto nos deu razão, que ela está hoje aqui, e o Zé Moreno é hoje Presidente da Junta de Brunhosinho que, na altura, não o deixaram ser. Impingiram outro Presidente da Junta para Brunhosinho, quando ele tinha ganho as eleições. O tempo encarregou-se de nos dar razão e, hoje, a justiça foi reposta porque o Zé Moreno já é a segunda vez que é Presidente da Junta em Brunhosinho”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que tinham sido presentes à Mesa duas Moções que passaria a ler para depois serem votadas. Entretanto, deu a palavra à Deputada Municipal Antónia Cardoso, dizendo tratar-se de uma excepção, mas seria bom que aprendessem a cumprir o Regimento. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** já no uso da palavra, disse: - “Senhor Presidente da Assembleia, é só mesmo para lhe pedir a minha imensa desculpa pelo facto de ter ficado tão ofendido ao referir a pobreza da Ordem de Trabalhos da Assembleia mas, como professor que é, sempre contei mais de si – e bom professor – que, pelo menos, na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, tivesse constado o tema «Educação», tivesse ficado agendado. Ao senhor Deputado – já que estamos com falta de tempo – ao senhor Deputado Vítor Batista não vou responder, penso que se deve informar melhor porque, assim, as aprendizagens até são mais significativas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois desta última intervenção, disse depreender que esta Deputada ainda era noviça nestas questões e, porque é noviça, e amiga particular, aceita perfeitamente aquele tipo de intervenção, só que as coisas não são assim: uma Ordem de Trabalhos tem os ditames próprios e, a senhora Deputada tem, ao abrigo do Regimento, todo o poder para fazer intervenções, inclusivamente para requerer que, numa próxima Ordem de Trabalhos conste este ou aquele assunto, ou, inclusivamente, tem o seu representante, que é o senhor Presidente do

Grupo Parlamentar, a quem pode pedir para que determinado assunto conste na Ordem de Trabalhos. Quando, um dia – continuou – qualquer dos membros do Grupo Parlamentar, na reunião que previamente se faz para agendar a reunião lhe disserem «vamos integrar este assunto», esse assunto, poderia ter a certeza, seria integrado; agora, isto é uma forma ofuscada de querer fugir à realidade. O assunto da educação está perfeitamente introduzido no Período de Antes da Ordem do Dia, tanto é que ele já começou a ser debatido e continuará a ser debatido. Por conseguinte, disse, para a próxima vez, antes de fazer intervenções desta natureza, tente-se acercar melhor da realidade. -----

----- De seguida, passou à leitura da primeira Moção chegada à Mesa: ----

MOÇÃO

----- *“No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), a vigorar de dois mil a dois mil e seis, foi aprovado o programa RURIS, com o objectivo de estabelecer medidas de apoio ao rendimento dos agricultores portugueses, onde naturalmente se inclui o sector mais importante do nosso concelho. -----*

----- *Dentro das medidas do referido programa, destacam-se as agro-ambientais que estabelecem um conjunto de apoios específicos aos sistemas agrícolas compatíveis com os valores naturais e ambientais. Dentro destas, surgiram medidas de apoio específicas, designadas por Planos Zonais, a aplicar em Áreas Protegidas. -----*

----- *Atendendo ao facto de nos encontrarmos inseridos numa Área protegida (Parque Natural do Douro Internacional), o qual obteve a melhor adesão entre todos os Planos Zonais para áreas protegidas (cerca de mil e quinhentas candidaturas, para uma área de cerca de dez mil hectares) e que representa, na ajuda base, cerca de um milhão e oitocentos mil euros, podendo aproximar-se dos dois milhões e quinhentos mil euros, tendo em conta as respectivas majurações. -----*

----- *Face ao desenrolar dos acontecimentos e à repentina mudança de intenções do Governo no sentido de querer indeferir todas as novas candidaturas de dois mil e cinco às medidas agro-ambientais, o PSD não pode deixar de manifestar o seu veemente repúdio e indignação face às intenções do Governo, que muito prejudicam a já débil situação económica do concelho de Mogadouro. -----*

----- *Neste sentido, propõe-se que, em caso de aprovação pela Assembleia Municipal, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com conhecimento à DRATM e ao Governo Civil de Bragança. -----*

----- *O Grupo Parlamentar do PSD”. -----*

----- De seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre a Moção apresentada. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra para dizer o seguinte: - “No fundo, é para dizer que estamos completamente de acordo com a Moção; tivemos um elemento – o anterior Presidente da Assembleia Municipal que muito trabalhou, de facto, para que fossem em frente (mais para trás – eu, quando dizia o anterior Presidente da Assembleia Municipal mas, há oito anos), que muito trabalhou, de facto, para que se implementassem estes Planos Zonais de forma a favorecer os agricultores que estão em áreas tão deprimidas. E, por isso, foram implementados estes Planos Zonais de forma a tirar mais um pouco de rendimento para os nossos agricultores. E, como tal, estamos completamente de acordo com essa Moção e, portanto, a vamos votar favoravelmente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** verificando não haver mais ninguém que quisesse usar da palavra colocou esta Moção à votação. -----

----- Antes desta Moção ser votada, ausentou-se o Deputado Municipal Vítor Batista. -----

----- Efectuada a votação, ficou esta Moção aprovada por unanimidade. --

----- Regressou de novo à sala o Deputado Municipal Vítor Batista. -----

----- Passou de seguida à leitura da outra Moção apresentada na Mesa, que dizia o seguinte: -----

----- *“Sendo do conhecimento geral que o Governo, através do Ministério da Educação, pretende encerrar todas as escolas com menos de dez e vinte alunos em todo o país, independentemente das pressões exercidas pelos municípios, O PSD estranha que tal procedimento a adoptar, é altamente lesivo dos interesses do Distrito e particularmente do nosso concelho, porque discrimina negativamente, e ignora toda a estratégia alicerçada em Conselho Municipal de Educação e vertida na Carta Educativa.* -----

----- *No actual contexto, a Carta Educativa prevê um reordenamento da Rede Escolar, assente em novos padrões de qualidade de ensino e uma adequada rede de transportes escolares, com a construção de um novo edifício escolar.* -----

----- *A prepotência da actual Ministra da Educação, não só reduz e ignora a Carta Educativa, como aniquila à partida a acoplagem à Escola Secundária do Ensino Técnico-Profissional, fazendo transferir para esta escola os alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico.* -----

----- *Tratando-se de medidas extremamente gravosas, o Grupo Parlamentar do PSD manifesta a sua total concordância com o posicionamento político assumido pelo actual executivo que, por unanimidade, deliberou, e bem, não se responsabilizar pelo acompanhamento, transporte e alimentação dos alunos que frequentam as escolas do 1.º CEB a encerrar, sem que se construa o novo Centro Escolar.* -----

----- *Por outro lado, denuncia e repudia todas as formas que violem o elementar princípio de autonomia local a pretexto de uma lógica puramente economicista.* -----

----- *Neste sentido, propõe-se que, em caso de aprovação pela Assembleia Municipal, seja dado conhecimento à Excelentíssima Ministra da Educação, com conhecimento à*

DREN, ao CAE de Bragança e aos Conselhos Executivos do Agrupamento de Escolas e Escola Secundária de Mogadouro. -----

----- *O Grupo Parlamentar do PSD*”. -----

----- Após leitura desta Moção o Presidente da Assembleia perguntou se, em relação a esta, alguém pretendia fazer alguma intervenção, dando de seguida a palavra consoante a ordem de inscrição. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** já no uso da palavra, disse: - “Venho aqui, na defesa desta Moção, porque penso ter uma posição privilegiada relativamente ao que diz respeito à educação. Antes de avançar para defesa da Moção, queria dirigir umas simpáticas palavras à minha colega e amiga Antónia Moura, por quem eu tenho muita consideração. Gostei da sua intervenção no que diz respeito à educação, apreciei sobremaneira os argumentos apresentados – são pertinentes. Agora, penso que, esses mesmos argumentos, a posição aqui apresentada, deveriam ser enviadas à senhora Ministra da Educação. Acho que fez muito bem tê-los trazido à Assembleia, porque traduzem efectivamente o seu sentir, a sua preocupação, e penso que é também a preocupação de todos nós, mas não se esqueça, cara colega Antónia, Deputada Municipal, deverá também enviar essa argumentação à senhora Ministra da Educação. E, agora, passo a defender a Moção que foi aqui lida a esta Assembleia. A educação é um assunto demasiado sério para dela se fazer política barata – política politiqureira. Reconhecemos todos que a educação é o futuro, que essa educação deve ter a qualidade desejada para que os nossos jovens não vejam o seu futuro – enquanto cidadãos europeus – o seu futuro hipotecado. Esta Moção, apresentada pela bancada do PSD é, antes de mais, a tradução do nosso desapontamento relativamente ao processo da reorganização da rede escolar para o concelho de Mogadouro e a tradução do nosso apoio à política deste executivo para a área da educação e o apoio às decisões até agora tomadas, relativamente ao processo de reorganização da rede escolar. Lembro que o executivo, em reunião, votou por unanimidade as posições tomadas relativamente à reorganização da rede escolar. A Carta Educativa para o Concelho de Mogadouro, baseada numa avaliação prognóstica, feita pela equipa técnica responsável pelo estudo para a Carta Educativa, aprovada em reunião daquele órgão – aprovada por unanimidade – apresenta as orientações desejadas em termos de política educativa para o concelho. Sugere a Carta Educativa que se criem dois Pólos Escolares e um Centro Escolar em Mogadouro. Sugere ainda que seja criada, de raiz, uma escola integrada para o primeiro e segundo ciclos e ensino pré-primário. Sugere ainda que as instalações da EBdois sejam cedidas à Escola Secundária para aí se desenvolver o ensino técnico e profissional para todo o Planalto Mirandês. É um documento que visa perseguir a reorganização escolar no sentido da qualidade para o futuro. Mas, querem tramar-nos. O que acontece é que o Ministério da Educação, a

senhora Ministra da Educação, decidiu que, em todo o país, seriam fechadas as escolas do primeiro ciclo que não reunissem as condições que todos conhecem. Remetem para as Câmaras Municipais o ónus do transporte e alimentação dos alunos, bem como acompanhamento, e exigem que tal tenha a qualidade que todos desejam que tenha. No que diz respeito às instalações da responsabilidade do Ministério da Educação, a questão muda de figura: pretendem fechar as escolas e meter as alunos, não importa aonde, não importa em que condições. O nosso concelho, a concretizar-se esta reorganização escolar, significa mesmo a hipoteca do futuro das nossas crianças, dos nossos alunos. Apoiamos o executivo, pois este é contra o encerramento das escolas. Nos termos em que o Ministério pretende fazer, não é o executivo que tem que fechar as escolas, é a senhora Ministra que pretende – não importa com que critérios – fechá-las, seja no interior, seja no meio rural, seja no meio urbano, e estamos todos muito preocupados. Estamos preocupados com as crianças que têm que se levantar muito cedo, que vão fazer um enorme sacrifício e, em troca, nada ganham. São transportadas para os pólos escolares e nada de novo vão encontrar, ao contrário do que afirma o senhor Primeiro-Ministro. Para o concelho de Mogadouro, aquilo que é proposto é altamente lesivo para os nossos interesses, para os interesses das nossas crianças. Estamos preocupados relativamente aos pais, que vão deixar de poder estar sossegados, pois os filhos vêm para a escola e não sabem em que condições vão ser instalados. Queria lembrar que a última solução encontrada pela equipa ministerial responsável pela zona norte – DREN – foi que, os alunos do primeiro ciclo viessem para as instalações da EBdois, e os alunos da EBdois vão para a escola secundária. A escola secundária não tem instalações, não tem espaços físicos, para receber os alunos. Portanto, penso que, ainda neste momento, andarão às voltas para ver qual vai ser a solução encontrada. Provavelmente, irão para a escola secundária apenas os alunos do sexto ano e, os alunos do quinto ano continuarão com os alunos do primeiro ciclo, nas instalações da EBdois. Como vemos, é uma decisão tomada em cima do joelho – não obedeceu a qualquer planificação prévia, e é assim que tratam a educação no concelho de Mogadouro e querem depois o apoio da Câmara Municipal de Mogadouro para esta política tão lesiva para todos os nossos interesses. É evidente que também estamos preocupados com os professores que, tendo as suas vidas organizadas, vêm agora os seus lugares em perigo. É evidente que estamos todos preocupados com tudo isto. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores: quem pretende fechar as escolas, quem pretende hipotecar o futuro das nossas crianças, é este Governo, esta Ministra de Educação, por razões meramente economicistas. Para nós, a discriminação, esta discriminação, é negativa. É uma política altamente lesiva para nós. Faz bem este executivo não apoiar a política educativa da

reorganização da rede escolar nos termos propostos pelo Ministério da Educação; faz bem em não se comprometer nos apoios em termos de transporte, acompanhamento e alimentação. Têm o nosso apoio. Esta é a minha defesa desta Moção aqui apresentada e, no fim desta intervenção, aproveitava ainda para lembrar à colega Antónia Moura o seguinte: eu estive em reuniões de trabalho, em representação dos pais e encarregados de educação das escolas de Mogadouro, uma reunião de trabalho com os representantes do Ministério da Educação e, em nenhuma reunião, foram sugeridos oito pólos educativos para o concelho de Mogadouro – em nenhuma reunião. Isso não corresponde à verdade”. -----

► **ALBINO RODRIGUES** interveio a seguir para chamar a atenção para o seguinte, disse: - “Nós estamos a olhar para cima e, eu lembro-me que ainda estava no CAE a doutora Olema – isto, já lá vão muitos anos, não é de agora, nós (e eu estou à vontade para dizer) – a Câmara, os Municípios, é que olharam só agora para eles, não criaram infra-estruturas. Aquela que era a Câmara pior, que era Alfândega, e que só pensava em fechar, agora é um modelo. É só”. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** interveio a seguir e disse: - “ Eu, penso que está aqui a haver alguma confusão. Eu, com esta Moção, fiquei assim um bocado baralhada. Gostava de ouvir primeiro a Câmara Municipal pronunciar-se sobre as reuniões que teve e aquilo que ficou decidido, porque esta Moção aponta que estão contra o encerramento das escolas, contra a criação dos três Pólos, não é? A Câmara, na reunião que teve com a senhora Ministra (não tiveram?). Contra o encerramento das escolas!? Então, eu não entendi bem a Moção. Agradecia que lesse outra vez e gostava de ouvir o esclarecimento da Câmara Municipal, aquilo que ficou realmente decidido com a senhora Ministra, na reunião que tiveram no dia dez de Fevereiro, em Bragança. Achava aconselhável não pôr à votação a Moção sem primeiro ouvirmos a Câmara Municipal porque, a mim, gerou-se-me aqui confusão. A Carta Educativa apontou para três Pólos, a Câmara defendeu a Carta Educativa – os três pólos – agora aí, já não estão de acordo, não querem que as escolas encerrem”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que a questão era muito simples: o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou uma Moção, ao abrigo da legislação em vigor, do Regulamento. Logo, ele perguntou se alguém queria intervir relativamente à Moção. As pessoas intervieram, como quiseram e ainda não pôs à votação a Moção. Mas, de qualquer das formas, a Câmara também não pode, antecipadamente, interferir neste assunto sem que lhe dê a palavra, disse. Estava a ver se esgotava este ponto porque, depois deste ponto de intervenções, ainda vai responder a Câmara a todas as questões que aqui foram formuladas e, à posteriori, ainda pode haver mais algum dos senhores Deputados que queira interpelar a Câmara sobre o assunto que vai responder, disse. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** perguntou ao Presidente da Assembleia se ia colocar à votação esta Moção sem que a Câmara interviesse primeiro. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu afirmativamente a esta Deputada acrescentando que a Câmara nada tinha que se meter naquilo; a Câmara não podia intervir na Moção, tanto é que nem podia votar. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** respondeu que gostaria de ouvir a Câmara e, já agora, que a Moção fosse lida novamente. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** prontificou-se a ler a Moção em causa, o que fez de seguida. -----

----- Lida a Moção, o Presidente da Assembleia explicou que, o que estava em causa era a solidariedade política à Câmara por ter a coragem de enfrentar as exigências que a actual Ministra impõe por, simplesmente, estarem descabidas, estendendo-se até a nível nacional. Entende o Grupo Parlamentar do PSD, de acordo com o que se extrai da leitura, que deve estar solidário com a Câmara que, e muito bem, aprovou por unanimidade (é sinal do reconhecimento de que está preocupada com a situação escolar dos alunos). Uma coisa é aquilo que neste momento já têm conhecimento e que é: neste momento, já não é só a Ministra da Educação que se expõe aos portugueses – já cansou – passou a ser o senhor Primeiro Ministro, disse. E continuou: “Esta semana, foi toda a semana oficiada com constantes intervenções do Primeiro Ministro sobre isto. Eles é que são Governo; eles é que ganharam as eleições; entendem que devem fazer o reordenamento que entendem; nós, que somos os mártires, temos que estar sujeitos a esse tipo de intervenções. Portanto, se não formos nós, aqui, a puxar para defender os nossos interesses, não é o Governo que no-los defende. É por isso que, nestas coisas, nós devemos estar unidos”. -----

----- De seguida, deu a palavra ao líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizendo antes que, quando o conjunto de intervenções ultrapassa o tempo que em princípio é cedido, essas intervenções ficam prejudicadas pela palavra do Presidente do Grupo Parlamentar; ele pode perfeitamente fazer-se substituir pelas intervenções do seu Grupo Parlamentar. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse estar-se num ponto melindroso: por um lado, a Câmara actual, e a anterior, tudo fizeram para incentivar o fecho das escolas, e isto, ao propor na Carta Educativa os três Pólos, disse. E continuou: - “Portanto, tudo fizeram para incentivar. E, este documento, quer queiramos, quer não, chegou, de facto, concerteza, à DREN, em que esses Pólos são propostos, de facto, pela Câmara Municipal. Agora, neste momento, o problema da Câmara não é o fecho. O problema, neste momento, da Câmara, é que lhe construam uma escola nova. E dá-me a impressão que isto, a preocupação deles ser, é com os alunos. E, por isso, esta Moção, quanto a mim, não deve ser votada pelo Grupo Parlamentar do PS porque, o que está só em causa é construir uma escola nova. Desde que lhe digam: - nós construimos, já podem fechar tudo. Mas não é. Vi aqui

muitas preocupações, de facto. A questão do fecho de várias escolas nas aldeias. Várias, praticamente todas, portanto, só ficam duas nas aldeias. E, essa preocupação, a Moção não a defende. Não de diz nada sobre esse fecho. O Problema é somente a questão da construção de uma nova escola e, como tal, neste momento, se o país está a atravessar dificuldades financeiras, não é por isso que vamos deixar de que se faça o reordenamento. A Câmara, neste momento, só está preocupada com uma construção; as outras coisas são secundárias. E, como tal, não vamos votar favoravelmente esta Moção”. -----

► **VÍTOR BATISTA** disse pretender apenas lembrar que, do teor da Moção, do que ele depreende, não está preocupado só com a construção do edifício. Está preocupado pela Carta Educativa, ou seja, preocupado pelos pressupostos que estão subjacentes na Carta Educativa, disse. E, continuou: - “A Carta Educativa, que era uma questão inevitável, sabíamos que era o encerramento; o encerramento é inevitável, de algumas escolas. Mas, a Carta Educativa prevê, e define, de forma consciente, e a mais consciente possível, porque foi participada – a Carta Educativa não é uma proposta da autarquia. A Carta Educativa é uma proposta do Conselho Municipal de Educação, que foi participada e, todos os participantes que integraram esse Conselho (não podem dizer porque muita gente não esteve lá – eu, estive lá, em parte delas) e ele foi participado, foi a melhor proposta, que foi chegada a acordo por todos os representantes no conselho Municipal de Educação. E, esta Moção, não está preocupada com a construção unicamente; está preocupada com o reordenamento previsto na Carta Educativa. E, o reordenamento previsto é: construção de uma escola, de um Pólo de excelência, de pré, primeiro e segundo ciclo. Era isso que previa. Estava preocupado com o técnico-profissional. Por isso, é que as instalações da actual EBdois seriam requalificadas e cedidas à secundária para implementar os cursos via profissionalizante, ou os técnicos profissionais como, muito bem, a senhora Ministra defendeu, ultimamente, dizendo que era muito importante a implementação dos cursos técnico-profissionais nas escolas secundárias. A nossa Carta Educativa já previa isso – não é novidade nenhuma. Portanto, o que esta Moção está contra é a forma como está a ser feita e passar por cima da Carta Educativa – e estamos a dar força à posição que a autarquia tomou em unanimidade, em dar força à Carta Educativa, construir-se um Pólo, e contra outra coisa muito importante: é que a implementação seja feita unilateralmente, sem diálogo local”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** voltou a usar da palavra para dizer que a defesa que ali fizera daquela Moção - pensava que não tinha deixado dúvidas - que a preocupação não é única e exclusivamente direccionada para a não construção, nesta reorganização, do novo Pólo escolar. E continuou: - “Evidente que não. É efectivamente, a preocupação relativamente ao hipotecar do ensino técnico-profissional em todo o Planalto Mirandês,

porque aquilo que está na Carta Educativa é, efectivamente, a oportunidade de haver um quadro comunitário de apoio – que está previsto, e que virá a ser aprovado brevemente – que vai apostar fortemente na educação. E, a senhora Ministra da Educação tem, efectivamente, dito por todos os lados onde se desloca, que é sua intenção reorganizar, fazer com que o ensino secundário não seja aquilo que é, mas um fim, em si mesmo, que ao alunos que frequentam o ensino secundário venham a ter competências que lhes permitam aceder imediatamente ao mercado de trabalho. Aquilo que eu quero dizer é o seguinte: é que temos também que articular isto com o insucesso escolar e com o abandono escolar das crianças; temos que articular isto também com as condições físicas que temos e com aquilo que pretendem dar-nos com umas simples obras, como se isso resolvesse e promovesse a qualidade da educação. E a questão do secundário, que nós não queremos deixar cair. A nossa preocupação é com tudo isto. E, afinal, quem decide fechar as escolas, é a senhora Ministra da Educação. É este Ministério da Educação. Por muito que lhes custe, é ela que vai fechar as escolas. Ela disse-o, e já disse o número, e ainda tinha dúvidas em relação ao número de escolas que ia fechar, mas é ela que as vai fechar. Ninguém mais cavou este processo a não ser este Ministério. Outra coisa queria dizer-lhes, e que é o seguinte: a Carta Educativa resultou, como documento final enviado à DREN, resultou da participação de todos os agentes educativos que estão previstos na lei participarem nos Conselhos Municipais de Educação. Portanto, não é o executivo, não é a Câmara, não é esta Câmara, não foi a Câmara anterior que organizou, que fez, que concebeu, a Carta Educativa. A Carta Educativa não está aprovada, mas ela reflecte a vontade dos pais, dos professores, da Assembleia Municipal e de todos os agentes educativos, porque estiveram na reunião em que ela foi – a Assembleia Municipal teve o seu representante, que é o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Ela não está aprovada – não está homologada, é assim que se deve dizer – porque a encostaram à parede para avançar com este processo”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse ir dar a palavra à Deputada Municipal Eugénia Cabanal, pedindo que fossem breves nas intervenções pois, tinha acabado de saber que às três horas o senhor Presidente da Câmara tinha de estar no Porto numa reunião com a DREN, para tratar provavelmente deste assunto. Por conseguinte, disse, havia ali pessoas interessadas em que o senhor Presidente da Câmara lhe dessa resposta às questões que lhe foram solicitadas, portanto, agradecia que tivessem isto em consideração; tinham um minuto para poder intervir.

► **EUGÉNIA CABANAL** falou a seguir e disse: - “Vêm pedir-nos agora para votarmos esta Moção. Eu pergunto aos senhores Deputados se alguma vez lhe vieram pedir, e se alguma vez trouxeram a Carta Educativa, para ela poder ser discutida e analisada? Os senhores têm conhecimento dela?”

Eu sou professora e tenho conhecimento porque, por acaso, pedi a uma pessoa do Conselho Municipal de Educação que me emprestasse para eu ler mas, a Assembleia, penso que não tem conhecimento. E agora, vêm-nos pedir para votarmos uma Moção. O assunto devia ter sido largamente discutido aqui; da Carta Educativa devia ter sido dado conhecimento à Assembleia; deveria ter sido aprovada – que ela, neste momento, não está aprovada – pela Assembleia Municipal (embora esteja pelo Conselho Municipal de Educação). Portanto, isto é tudo assim feito muito no ar e o assunto é muito importante. E eu continuo a dizer: eu gostaria de ouvir a posição da Câmara Municipal, porque, se calhar, sabe mais do que nós – já teve reuniões! Eu, acho que a devíamos ouvir para a poder votar em consciência porque, se não conhecemos a Carta Educativa – e, já agora, quero dizer outra coisa: fala-se aí na construção do Pólo que, parece-me a mim, é a coisa mais importante, e são os financiamentos que poderão vir. E o Projecto? Já está candidatado? Já foi candidatado o Projecto da Escola Pólo? Nós não temos conhecimento de nada disso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou encerradas as discussões em torno desta Moção, a qual é apresentada pelo Partido Social Democrata e, por conseguinte, iria pô-la à votação. -----

----- Durante a contagem de votos, um Deputado da bancada do Partido Socialista interrogou o Presidente da Mesa se por acaso haveria duas primeiras filas, ao que o Presidente da Mesa respondeu que esperasse, até terminar a votação, que depois lhe daria a resposta. -----

----- Obtidos os resultados da votação, esta Moção ficou aprovada por maioria com nove (9) votos contra, onze (11) abstenções e trinta e três (33) votos a favor. -----

----- Em seguida, respondendo ao Deputado Altino Aleixo, que lhe havia feito a pergunta acerca das duas primeiras filas, respondeu que primeiro havia perguntado quem votava contra na primeira fila, perguntando depois quem votava a favor na primeira fila. -----

----- A Deputada Eugénia Cabanal apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Votei contra a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD relativa ao encerramento de escolas, por achar que há alguma confusão no seu teor. -----

----- Pedi esclarecimento à Câmara Municipal sobre o seu parecer e sobre as reuniões havidas com a DREN, que não me foi prestado antes da votação da mesma. -----

----- Fiquei sem saber o que queriam. Se afinal concordaram ou não com a Carta Educativa no seu todo ou só em parte. -----

----- A Deputada Municipal -----

----- Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, de seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões que ali foram pronunciadas.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** já no uso da palavra, disse ter a honra de estar pela primeira vez numa Assembleia neste seu segundo mandato, regozijando-se com tudo aquilo que ouviu – coisas a favor, críticas a fazer, tudo é uma realidade, uma Assembleia Municipal. E continuou: - “Quando, pela primeira vez estive numa Assembleia Municipal, chamaram-me aqui a atenção de que este era, de faço, o local ideal para fazer política. E, portanto, é aqui que se deve fazer política. Muito obrigado pelos problemas políticos que puseram, muito obrigado pelas conjecturas de realizações, que nós fizemos – umas bem; outras concerteza menos bem; outras, que parecendo menos bem, no futuro, vamos ver o que elas representam para Mogadouro. Começo por responder à senhora Deputada Joaquina Mariano, que vem de encontro, em muitas coisas àquilo que eu penso (sabe isso muito bem!), até porque as nossas relações foram sempre de uma cordialidade especial, e, quando me fala aqui em união, eu devo dizer-lhe, que estive presente no meu discurso da posse, e uma das coisas que eu fiz, e disse, não pensem que uma Câmara Municipal, não pensem que uma Assembleia Municipal vai fazer tudo o que Mogadouro precisa para fazer o seu desenvolvimento – não pode. Se não houver uma colaboração da parte da população em si, que deve ser activa e militante e, se não houver uma colaboração absoluta da Câmara Municipal, no seu conjunto, para tomar as decisões, e da Assembleia para aprovar ou reprová-las, não há desenvolvimento para Mogadouro. Portanto, **União** – eu dou-lhe os meus parabéns por ter posto esta questão que eu já tinha posto no meu discurso de posse. Quanto aos Capitais das Juntas, peço-lhes desculpa, mas vai responder o Vereador Pimentel porque até são num conjunto e ele responde a isso tudo. Nunca lhes aponte que gastou os dinheiros mal gastos. Eu, pessoalmente, nunca lhes aponte. Agora, quanto a ser velha, não esteja preocupada. E, não esteja preocupada porque, a pessoa mais velha aqui desta Assembleia, não é a senhora – o mais velho sou eu, e ainda me considero com a pujança mental suficiente de dirigir a minha Câmara. Portanto, D. Joaquina, estamos de parabéns por termos já a terceira idade, até porque a política desta Câmara, nesse sentido, vai-se repercutir na terceira idade. Tenha a certeza disso. Quanto ao desporto, D. Joaquina, nunca se começa por um funcionamento absoluto das coisas – começa-se sempre pelo princípio. E nós começámos por mandar fazer um chamado Plano Estratégico Desportivo para o Concelho de Mogadouro e fizemo-lo pela entidade que entendíamos que o devia fazer, que é a Associação de Gestão Desportiva Nacional. Ela apresentou-nos o nosso Plano, foi aprovado na Câmara, e está a ser implementado. Temos um professor de educação física que faz precisamente o que a D. Joaquina diz – corre as aldeias, algumas aldeias (não são todas, não podem ser todas) – está a começar o Plano; e, traz outras crianças para a nossa piscina, para aí fazerem a natação. Neste momento, está já feito um concurso para um

outro professor de educação física que vai complementarizar este e, concerteza, se for necessário um terceiro, porque queremos acoplar a esse plano estratégico desportivo para o concelho – ele não é só de crianças, é também de pessoas idosas – e se a senhora quer lá fazer a sua ginástica, eu também gostava de a fazer. Quanto à Feira Franca, eu queria dizer uma coisa: é que essa satisfação que a D. Joaquina tem da Feira Franca, eu não a tenho. Nós fazemos o que podemos, mas lá vem aquilo que eu lhe estava a dizer: é preciso que a população queira a Feira Franca, que a Feira Franca continue. Porque, se a população não quiser, se a população não quiser transformar os seus produtos em produtos legais de origem demarcada e isso tudo, então não vamos a sítio nenhum, porque as leis começam a ser tão apertadas, tão apertadas, que não vamos lá poder vender queijos, não vamos poder vender chouriços, não vamos poder vender nada, mas a Câmara fez algum esforço – e eu cheguei a aprovar ainda quatro Cozinhas Regionais, para que essas coisas se façam numa forma legal e numa forma sanitária, que é obrigatória nas feiras. Neste momento, se o doutor Abreu quisesse, chegava ali – parece que ele está para fora (e ainda bem que está para fora porque, senão, ia ali e dizia: este queijo não pode ser vendido, este chouriço não pode ser vendido, etc., etc.). Portanto, a minha insatisfação resulta precisamente disso. Resulta em chegar a Sendim e ver, de facto, uma Cozinha Regional; chegar a Bragança e ver Cozinhas Regionais; chegar à D. Fernanda (a quem encomendei agora uns chouricinhos para levar ao médico que me trata) e ela dizer assim: «não tenho mãos a medir, vendo as minhas produções todas», ainda bem que estou a fazer a Cozinha Regional. Eu gostava que cada um dos senhores Presidentes da Junta chegasse às vossas aldeias, chegasse aos vossos conhecidos, àqueles que trazem os seus produtos à Feira Franca, e dissessem: «temos que legalizar os nossos produtos». Isto tem que ser assim porque é uma mais valia para o concelho. Isso é a reserva económica do concelho de Mogadouro. E é a reserva económica do concelho de Mogadouro, porquê? Porque eu tenho um medo especial da actual economia de Mogadouro baseada na produção leiteira. Quem não tem, não tem – eu tenho. Queria dizer que, a Câmara foi eleita para representar aqueles que os elegeram, aqueles que os não elegeram, para representar todos. Não queira dizer, que a Câmara tem de fazer tudo. A senhora, proponha-o. Proponham-no todos. É preciso fazer propostas. Não é vir aqui só criticar! É fazer propostas! Façam propostas para o desenvolvimento de Mogadouro! Façam-nas! E, depois, acusem a Câmara de não as cumprir; acusem a Câmara de inépcia; mas não a acusem antes de a fazer. A Câmara, a Assembleia, é para fazer política mas, eu, não vou fazer mais política que esta, neste ponto, porque podia fazê-la. Quanto à Feira Franca, é assim. Quanto às escolas, permita-me que eu não lhe responda, porque isso faz parte, depois, de uma resposta mais geral. Mogadouro não pode

ficar quieto, nem deve! Porque, acreditem, que o desenvolvimento de Mogadouro, como o desenvolvimento da maior dos concelhos do distrito, assenta em duas premissas essenciais: uma é o hospital – não temos hospital, mas temos um serviço de saúde, talvez melhor que qualquer outro do distrito, desde a Unidade de Cuidados Continuados, que vai ser inaugurada, a um Centro, que já está o projecto aprovado, lá em baixo, para diálise renal, à unidade móvel de saúde, a um bom Centro de Saúde, nós temos isso tudo, mas falta-nos o hospital. Portanto, por esse lado, o nosso implemento, vai ser sempre cortado. Mas, há uma única possibilidade, agora, de nos desenvolvermos – é precisamente as escolas. Não deixem fugir a oportunidade das escolas porque, senão, acabou o desenvolvimento em Mogadouro; nem estradas nos cá põem. Acreditem no que eu lhes estou a dizer. -----

----- Ao Deputado Albino Rodrigues, quanto à envolvente da Câmara, nós contratámos, e aproveitámos as oportunidades – bem ou mal – que nos deram ao concorrer a um Gabinete Técnico Local – a um GTL – a quem foi entregue toda a perspectiva de recuperação da zona histórica da Vila que conseguimos que fosse considerada, desde a estátua do bombeiro até esta espinha, desde a estátua do bombeiro até à Santa Ana. Esse GTL apresentou esse estudo, aprovado pelo IPAR; aprovado pela CCDR-Norte; por todos os intervenientes do gabinete. Esse estudo está feito, está a ser implementado – se houver correcções a fazer (não sei se elas poderão ser feitas, mas isso resulta de uma certa incapacidade – incapacidade técnica, legal do executivo se opor). Quanto às árvores que lá estão, confesso que também já perguntei várias vezes e confesso-me solidário com a sua ideia de que as árvores devem ser as nossas, as autóctones. Quanto aos azulejos da piscina, isso é um problema muito sério. É que não é fácil. A gente julga que chega ali e põe os azulejos. Pôr os azulejos custa vinte e dois mil contos. E, quando dizemos que custa vinte dois mil contos, até podíamos lá pôr lá os azulejos, mas isso está em litígio com a construtora e nós não vamos pôr o dinheiro que, provavelmente, é a construtora que tem que pôr. Quanto às piscinas interiores, elas começaram já a funcionar não sei quando, estiveram estes quatro anos, não estavam assim tão mal como estão hoje, mas hoje, prezam-se de já ter um projecto aprovado – e creio que a concurso – para a remodelação total das condutas de água quente. Quanto à Central de camionagem, é uma obra daquelas que eu lhe digo que não tenham pressa – até porque não podem ter. Nem podemos ter pressa nem podemos modificar porque aquilo está assim. E, quando estiver completo, a rentabilização daquela – aquilo não é túnel nenhum – aquilo tem sete alvéolos para camionetas e, a primeira pessoa que me abordou, a dizer que quer ficar ali, é o Santos. Ele diz, fiquem-me sete ou oito camionetas no concelho, ao ar livre, durante o Inverno, durante o Verão, a estalar tudo, eu tenho muito mais prejuízo do que se lhe alugar aquilo e

fizer dali o meu estabelecimento. Vamos negociar essa situação, assim como vamos negociar a situação do Bar que lá está que o queremos concessionado. Isto é o suficiente para normalizar e para viabilizar, economicamente, a Central de Camionagem. Quanto à destruição, já foi demasiadamente explicado durante a campanha eleitoral – permitam-me que o não faça. A Biblioteca em altura, quando estiver a obra completa, vai ver que não é assim tão berrante como isso. Aliás, aquilo tem uma cave que é um estacionamento; depois um primeiro andar que é a zona social, e depois tem o outro andar – tem uma cave, um rés-do-chão e um primeiro andar. Não é assim tão elevada como isso. Quanto à senhora professora Antónia, devo dizer-lhe uma coisa: há três anos, quando, pela primeira vez, o Governo falou e decretou, que as escolas com menos de três alunos iam ser fechadas, eu trouxe à Câmara, porque o Governo pediu, se concordávamos com o fecho das escolas até três alunos e, a deliberação da Câmara foi: não concordamos, se quiserem fechem-nas os senhores – foi o que deliberou a Câmara. Nessa altura, e porque a argumentação que se ouvia era quase, exclusivamente, pôr em causa os empregos dos professores, eu promovi uma reunião – a Câmara Municipal promoveu uma reunião lá em cima, na Casa da Cultura, para os informar de que, mais tarde ou mais cedo, era impossível contrapor esta ideia do Governo, a não ser com fortes argumentos. Tudo o que eu pedi na altura, foi que estudassem argumentos – «quem não concorda que estude argumentos, que os exponha e diga: olhe que isto está muito feio, mas nós temos esta razão, e esta, e esta». Bem, fui acusado por muitos, inclusivamente pelo jornal «O Guicho», de querer acabar com os Agrupamentos – confundiu-se ali Agrupamentos com Pólos, confundia-se tudo, e que o Presidente da Câmara é que estava, no fundo, nisto. Mas, isso é natural porque, quem está, de facto, no poder, sofre essas coisas quando não interessam aos outros. Mas, quando foi, pela primeira vez, preciso – isto é para dizer que, em primeiro lugar, estão de facto as crianças, não estão professores, nem está a Câmara, nem está ninguém! Em primeiro estão as crianças! E eu tenho estas crianças numa vida inteira, num serviço de Pediatria em que pus sempre as crianças em primeiro lugar. Também os professores deviam pôr as crianças em primeiro lugar. Quando eu fui assediado aqui, neste gabinete, por nove professores, que me apontaram em riste coisas inacreditáveis, só porque pretendíamos montar, porque pretendíamos transferir uma sala para aquela escola dalém, não queiram cá saber o que isso foi. No entanto – minha senhora desculpe, que eu não a interrompi nunca. Não queiram cá saber o que isso foi – pois foi, não sei se a senhora também estava aqui. E, chegou-se lá, e havia salas. E havia salas até das melhores que lá havia. Logo por entrada: jardim, escola, cozinha por trás, tudo. Tudo o que era ideal para estabelecer catorze ou quinze crianças do pré-escolar que não cabiam aqui. Sabem qual foi a forma de os mandar

calar todos? Era assim: faz favor, dá-me a relação dos professores todos que estão aí. Só oito ou nove é que estavam em actividade lectiva; os outros não tinham actividade lectiva. Deviam olhar era para isto! Deviam arranjar argumentos para contrapor ao Estado e à Câmara Municipal, se fosse necessário – «isto não pode ser assim, este projecto, porque isto é inviável para os professores, lança-nos no desemprego». Mas, se alguém defendeu alguma vez o emprego dos professores em todos os sítios aonde foi chamado, fui precisamente eu. E, sabe o que é que me disse na última reunião a senhora directora da DREN? - «Os senhores não tenham preocupações em fechar as escolas e, senão quiserem o ónus político de as fechar, eu fecho-as». Depois, chega-se à conclusão de que é preciso um plano escolar e eu fui apresentar as minhas ideias acerca de um Pólo Escolar, acerca de um Projecto Escolar para o concelho de Mogadouro ao doutor Lino Ferreira, na DREN e ele diz assim: «Isso vai de encontro absoluto ao que eu penso». E, que é que eu pensava? Fazer, de facto, um Pólo em Mogadouro, com escola, com tudo, com uma escola que abrisse às oito da manhã, com uma escola que fechasse às sete da noite, com uma escola que desse o currículo dos alunos, com uma escola com acompanhamento dos professores, com acompanhamento em todos os sentidos, dando aos professores oportunidade para tirar outras especialidades, como fosse música, como fosse trânsito, como fosse acompanhamento escolar, como fosse o Inglês, etc., etc., que ocupava os professores todos do concelho, que não lançava ninguém no desemprego, mas era preciso uma escola nova com todas as condições, já que nós tínhamos um parque Desportivo óptimo, capacidades e infra-estruturas para o fazer, faltava apenas uma escola de base, construída de base. E porque é que faltava a escola de base? Porque, quando procurámos satisfazer o interesse dos professores, que andaram aqui a dizer que a escola precisava de obras, nós mandámos fazer o projecto de custo das obras e ela custava noventa e cinco mil contos. E, eu disse na DREN que, por noventa e cinco mil contos, mais vinte mil, constrói-se uma escola e ficamos com uma escola nova. «Sim senhor, está muito bem, façam o projecto». Ainda bem que não fizemos o projecto! Porque, entretanto, tínhamos gasto o dinheiro e esse projecto não é nada. E, nós não fizemos o projecto – não foi porque não quisemos – não fizemos o projecto porque não houve oportunidade de fazer o projecto, por razões que eu não quero aqui explicar. Mas, ainda bem que o não fizemos, porque agora temos que o modificar. Agora está, na prática, feito. Vamos apresentá-lo e vamos ver qual é o seguimento que dão a esse projecto, porque o primeiro projecto exigia pré-primária, primeiro e segundo ciclo e este agora diz assim: «não há segundo ciclo; é só pré-primária e primeiro ciclo». O projecto teria que ser completamente remodelado e vai ser remodelado. No dia quinze vai ser entregue para aprovação. Quanto à exigência de capitais, o problema é tão importante, tão

importante para Mogadouro, que Mogadouro tem que ter dinheiro para fazer. Não há possibilidades de dizer assim: «não temos dinheiro». Temos que ter dinheiro! E, nós já provámos, através de um mandato onde se fizeram praticamente seis milhões de contos de obras, que somos capazes de arranjar o dinheiro. Mas, vamos apresentá-lo num projecto. Se esse projecto não for contemplado, vamos propor um contrato-programa; e, se esse contrato-programa não for satisfeito, nós vamos ter mesmo que construir a escola porque, senão, perdemos a passada ao desenvolvimento do concelho. Isto são factos, e é o que se passa sobre a educação. Quando este Governo chegou ao poder, eu, passados quinze dias, estava na DREN, onde me foi confirmado, pela senhora doutora Margarida Moreira – por quem tenho muita consideração, e ela por mim – tudo aquilo que eu lhe tinha dito, tudo aquilo que eu estou aqui a dizer, todo o nosso plano escolar para o concelho de Mogadouro. Quando, passado um ano, ou dois, temos uma reunião em Bragança, em que a senhora doutora Margarida Moreira disse – quando todos, ou quase todos os Presidentes da Câmara puseram o problema do custo dos transportes, do custo do Inglês (que nos dava cem euros, e depois aquilo não dava para nada), do custo disto, do custo daquilo – «não se preocupem com o dinheiro, nós pagamos tudo. O que interessa é nós implementarmos um plano; eu estou de acordo convosco», porque todos nós estávamos de acordo que se implementasse um plano que não pode voltar para trás. Não me venha com países estrangeiros! Onde é que aponta que um país estrangeiro tinha alunos na sua capital e depois fez uma escola com dois alunos? Aponte-os! Tem que os apontar! Com três, com quatro, com cinco, com dez! Acima de dez, só temos duas em Mogadouro! Não temos três, não temos quatro, não temos cinco! Está aqui um papel que o pode dizer! – Os alunos que temos. É isso que temos. Não temos mais! E Bemposta, que este ano tem vinte e quatro alunos, para o ano tem dezanove! E Castro Vicente, que tem dezanove, ou dezassete, para o ano tem menos! E, pode haver, pontualmente, aqueles que têm menos, um que tenha mais um ou dois. Não chega lá. Isto é irreversível, porque o Governo tem uma lei que diz assim: «fechamos este ano até aos dez, e para o ano até aos vinte». De maneira que, nós temos que nos preparar é para essa recepção. E, temos que nos preparar como? Criando infra-estruturas dignas – dignas! – para proteger os alunos – esses, que nós dizemos que têm os seus direitos em primeiro lugar! Fizemos reuniões com os pais; fizemos reuniões com os Presidentes da Junta; fizemos as reuniões que entendemos e tudo correu muito bem porque tudo está de acordo com a opinião da Câmara. -----

----- Carta Educativa: a Carta Educativa não foi proposta, nem nada! Foi o Governo de então, que decretou, que as Cartas Educativas deviam ser feitas – e até punha prazos. E, foi por isso que, o concelho de Mogadouro foi o primeiro, de todo o distrito, a fazer uma Carta Educativa. E isso deve-se,

em parte, ao senhor Vereador Fernando Monteiro, que contratou um estagiário para vir para aqui, e apresentou a Carta Educativa antes de todos, no concelho. Quando fui à DREN, falar com o engenheiro que me indicaram – que era o engenheiro Casimiro – e lhe levava debaixo do braço a Carta Educativa, ele diz-me assim: «regresse a Mogadouro; veja estes pontos e mande-ma novamente» – foi o que eu fiz – correcção da Carta Educativa. E, só depois de corrigida, é que ela podia ser apresentada à Assembleia. Entretanto, diz assim: «não se homologam as Cartas Educativas». Mas, no entanto, o que é que a Câmara devia fazer? A Câmara, só tem que reunir o Conselho Municipal de Educação. A Câmara tem, no Conselho Municipal de Educação o Presidente e mais um representante, assim como nas Assembleias de Escola. E uma coisa de que se preza este executivo, e o anterior, é de nunca terem faltado, nem às Assembleias de Escola, nem aos Conselhos Municipais”. -----

----- Neste momento, alguém da bancada do Partido Socialista interrompeu, o senhor Presidente da Câmara, tendo o Presidente da Mesa chamado a atenção para que não poderia haver diálogo. Posto isto, continuou a sua intervenção o senhor Presidente da Câmara. -----

----- “Não sou eu! A Câmara não sou eu! Nunca se faltou! Não esteja agora a dizer que a Câmara é o Presidente! Tem que apurar muito o rigor das suas afirmações, porque é pouco rigorosa. A Câmara nunca faltou, nem às Assembleias de Escola, nem aos Conselhos Municipais; esteve ali sempre presente. E, o Conselho Municipal, ao contrário dos professores, que na última Assembleia Municipal – não sei se alguns não faltaram, os representantes – ao contrário dos encarregados de educação – que também têm faltado – mas, a Câmara, nunca faltou. E, ainda lhes digo outra coisa: é que está aprovada por unanimidade; está corrigida pela DREN (anterior) – quando quiserem aprová-la que digam assim: «sim, senhor, podem avançar com as Cartas Educativas», que ela virá à Assembleia – como vem tudo – para ser homologada e votada na Assembleia. Quanto às escolas, passava, no fim, a palavra ao doutor João Henriques par lhes dar conta de muitas das reuniões – duas das quais eu não pude assistir. Portanto, ele dar-lhes-á conta dessa reunião de dez de Fevereiro com a Ministra. -----

----- Ora bem, senhor Deputado Aleixo, «os incentivos para ajudar», «Orçamentos errados» ... isso era tudo necessário, claro. Quem sabe tudo?! Diz que ninguém sabe tudo! Pois não! Mas há uma frase, lá do sítio onde eu vivia, no Porto, (que era um indivíduo que andava por ali a pedir) e dizia assim: «ouve lá, então não te envergonhas, de estar p’ra aí a falar, e essa coisa toda?»), e ele respondia, sistematicamente: «que é que estás p’ra aí a dizer? Quem sabe tudo são os homens todos, pá!». De maneira que é isso. Quem sabe tudo, que estamos aqui, é as Câmaras, é a Assembleia, é a população de Mogadouro, esses é que sabem tudo. Portanto, quem sabe tudo, são os homens todos. Nós não temos obrigação de saber tudo, nem o

Aleixo nem eu. Agora, política e futebol, se não estivéssemos tão demorados, eu falava-lhe na política e no futebol. Mas, digo-lhe ainda que, quando um dia vou a uma reunião em Vimioso, a avaliar a actividade dos Deputados do Distrito de Bragança, chego lá, e lá me sentei a um canto – fui o último, já cheguei atrasado meia hora – e, falou um, dois, mais ninguém. De Presidentes da Câmara não falou ninguém, e o Presidente da Mesa disse: «então o Presidente da Câmara de Mogadouro não disse nada?». Eu tinha chegado atrasado, nem sabia bem o que aquilo era. «Então vem à reunião e não diz nada?» – Olhe, em primeiro lugar, vim à reunião porque o Presidente da Câmara de Vimioso me telefonou a dizer: «tem que vir, tem que vir, porque eu vou aí sempre e o senhor aqui nunca vem e, portanto, tem que vir». Em segundo lugar, quero dizer-lhe uma coisa: aquilo que eu tenho que dizer acerca dos Deputados é que estudaram aqui os problemas do nosso concelho, fizeram aqui um diagnóstico perfeito, tudo, e levam essas coisas todas a Lisboa. Mas, se não levassem, era a mesma coisa porque, do Governo, também não vem nada. (Na altura, o Governo não era do PS, era o do PSD). Também não vem nada, de maneira que não faz mal. Quanto ao resto, olhe, estou aqui imensamente satisfeito! Apesar de ser um Presidente da Câmara meio «matarruano», estou aqui; mas, olhe, gosto da paisagem; às vezes vou ali a Bemposta – ainda outro dia fui lá com um calor extraordinário, deitei-me lá à sombra, via os gaviões cá por cima, via as águias, essa coisa toda, paisagem, fauna, tudo maravilhoso, tudo, tudo. Olhe, até se deu o caso de eu vir com uns problemas gástricos para Mogadouro – temos uma gastronomia ideal. Olhe, só nos falta uma coisa. Uma coisinha muito pequenina. É um por cento daquilo que se gastou nos campos de futebol. Gastaram-se vinte e sete milhões de contos. Se nós tivéssemos um milhão e setecentos contos fazíamos a protecção total da velhice no nosso concelho. E pronto, e fechei por aqui. E, levanta-se o Almeida Santos e diz assim: «Olhe, ó doutor Machado, isso do futebol, também não é bem assim. Sabe que o futebol projecta-nos no mundo. E até tem importância do ponto de vista eleitoral. Muito bem. Pronto, e acabou ali a reunião e eu disse: - «não, não, há pouco o senhor Presidente da Mesa exigiu-me que falasse, agora também quero falar». Quero-lhe dizer que, se há homens que por quem eu tinha máxima consideração, é pelo doutor Almeida Santos. E, vou-lhe a dizer porquê. Porque, quando estávamos em Moçambique e almoçávamos ambos – e o senhor se calhar já não se lembra, porque eu era um simples alferes de Infantaria, de sapadores, e o senhor era o melhor advogado, e maior advogado da província de Moçambique. O senhor foi a Mocuba, resolver o problema das minas de tantalite e falou-me da política. E falámos de política. E o senhor era um homem que estava à frente da oposição ao Salazar. E, estar à frente, numa província daquelas, da oposição, não era, na altura, brincadeira! A possibilidade de ir para a grelha era muita. E eu,

digolhe agora, que tive por si – e continuo a ter, mas já não a cem por cento, agora já só a noventa por cento, porque eu, de facto, eu ver um paladino dos direitos humanos, um paladino dos direitos da população portuguesa render-se hoje aos clubes de futebol, deixa muito a desejar. Bem, levou-me para a mesa dele, falou-me sobre o desenvolvimento do concelho de Mogadouro, entusiasmou-me a montar aqui um parque de Golf, coisa que a gente tentou e parece que vai agora por água abaixo. -----
----- Agora, queria responder às sucintas perguntas do senhor – que vejo com muito prazer desse lado, não porque me estorvasse na Câmara, não, porque o considere sempre, que foi, de todos, aquele que fez as observações mais apropriadas, mais concretas e que, talvez, nos tenham ajudado a que viesse agora aqui uma inspecção do IGAT e, acerca do que disse da Câmara, eu posso dizer-lhes que está tudo muito bem; acerca do que disse do Presidente da Câmara, não quero dizer, porque pode ser interpretado como vaidade. «Plano Sectorial da Rede Natura»: estamos a analisá-lo, vamos levar os resultados à Câmara – a arquitecta está a ultimar esse Plano. «Mercado do Gado»: Ficaram lá os ferrinhos. Bem, desde que aquilo foi inaugurado, já se lá fez o Concurso do Gado. Estão lá os ferrinhos que permitem fazer as vedações. Só precisamos de pôr ali qualquer anti-derrapante porque, de facto, aquilo que nós verificámos, é que as vacas escorregavam e isso não pode ser. De resto, já se lá fez o concurso e isso tudo. Mas, se se justificar o desenvolvimento da pecuária em Mogadouro, não custa nada fazer um recinto de feiras apropriado – mais apropriado. No entanto, era, julgo eu, um crime não aproveitar aquelas instalações para fazer o lindo Parque de Feiras que lá está. Vamos ver se tudo continua em ordem como desta primeira vez, apesar do aparato policial, porque nós gostamos de fazer a prevenção. É assim que se fazem as coisas – é a prevenção, não é deixar correr. A Guarda ainda vem mais uma vez ou duas, ate consolidar as coisas, até normalizar tudo, porque nós aqui, o que queremos, também, é ordem. Quanto à Casa das Artes, há um problema. É que o arquitecto, quando fez aquilo, mandou fazer os estudos de resistência daquelas cordas que a suspendiam, só que, aquelas cordas, não eram capazes de sustentar as infra-estruturas que estavam por baixo. Está em reformulação o projecto e, dentro de oito dias, põem-lhe umas colunas por baixo e espero e, cuido que o problema esteja resolvido. Sobre as transferências de Capital para as freguesias o Pimentel falará nisso”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, desta vez representada pelo Vereador João Henriques, para prestar os esclarecimentos de acordo com o seu pelouro. Já no uso da palavra, disse: - “ Muito rapidamente, depois do que o senhor Presidente aqui disse, só duas ou três pequenas questões: não vale a pena tentarmos iludirmo-nos todos uns aos outros. Quando, todos os dias, nós vemos abrir os telejornais na televisão, com manifestações em todos os concelhos das escolas que vão fechar, bem, os outros concelhos também

não são Mogadouro. Há aqui uma noção clara do que se passa e há uma noção clara de quem quer fazer política com estas coisas, mas pronto! É assim, cada um que faça, cada um que se entenda e cada um que responda por aquilo que tiver que responder. Nós, não temos autonomia como em Espanha – fazemos parte de um Governo – há Governos autonómicos. Portanto, nós aqui respondemos perante o Governo e é perante o Governo que quer encerrar as escolas que nós temos que fazer e dar a resposta que temos que dar. Felizmente, temos tido o aval e o apoio, e o incentivo, da Associação de Pais, que nos tem manifestado o apoio para continuar a lutar pelo que temos de lutar, de algumas Assembleias de Escola que também o têm feito mas, há uma coisa que, à bom português, nós fazemos sempre: atiramos sempre a responsabilidade para cima de terceiros. Nós temos um Conselho Municipal de Educação. Foi aqui falado, tem vindo a ser falado, o Conselho Municipal, que não se participa, que as pessoas deviam participar mais, que devíamos trazer as coisas aqui. Bem, eu quero-vos dizer que, por força da lei, teve que haver eleições para nomear elementos – professores – para o Conselho Municipal de Educação. E, já agora, quero-vos dizer, como lastimo que, da escola secundária de Mogadouro, não tenha apresentado um único professor para fazer parte do Conselho Municipal de Educação. Não houve nenhuma lista na escola secundária de Mogadouro – eu volto a repetir – para fazer parte do Conselho Municipal de Educação. Isto, não é chegarmos aqui e dizermos que as coisas estão mal, mas cada um assobia para o lado e ninguém faz parte, nem ninguém quer participar, nem ninguém quer lutar, nem ninguém quer dar a sua opinião sobre estas questões. Eu julgo que estou a falar correcto, não estou Albino? Portanto, é neste tipo de questões que eu gostava que a sociedade se envolvesse muito mais. Nem ninguém dá, no caso da escola secundária, a cara para fazer parte do Conselho Municipal de Educação! Por favor, eu peço que olhe cada um para as suas responsabilidades e digam antes o que é que nós podemos fazer – cada um de nós – por Mogadouro, e não o que é que Mogadouro pode fazer por cada um de nós, e não deixar estas coisas ao «Deus dará». No dia doze de Dezembro, eu não faltei à verdade quando disse que não sabia quantas escolas iam encerrar. Tanto que não faltei à verdade, que vos mandei um papel, datado do dia vinte de Dezembro (e uma coisa que eu ainda não sei fazer é premonição) onde a DREN dizia que iam ficar oito escolas abertas em Mogadouro. Portanto, eu, há coisas que não sei fazer – não consigo fazer premonição. Dia doze, ainda não sei o que vai suceder dia vinte. Há quem o possa fazer, mas eu não o consigo fazer. Por outro lado, quero-vos dizer que, só aquilo que comunicámos, dos custos para remodelação das escolas, para que os alunos possam ter um sítio digno para ter aulas – remodelação da preparatória, remodelação da escola primária, do primeiro ciclo, que existe no Bairro São Sebastião, de Bemposta e de Castro Vicente, só o custo estimado, ascende a um milhão

cento e cinquenta e seis mil euros para recuperar as escolas. Só na Vila, ascende a oitocentos e cinquenta mil euros, o que quer dizer que é dinheiro deitado fora, porque conseguimos fazer o Centro Escolar em muito melhores condições, ter as crianças noutras condições e não acabar com o ensino técnico-profissional que se pretende acoplado à escola secundária. Era só isto que eu queria dizer e nada mais”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador António Pimentel, usou a seguir da palavra para responder às questões que diziam directamente respeito ao seu pelouro. Já no uso da palavra, disse: “Muito rapidamente esclarecer (creio que foi o professor Albino que suscitou a questão) qual era o nome das plantas, que ainda não lhe tinham dito, que estão na zona envolvente da Câmara Municipal. O nome delas é «liquidambas», foram apresentadas por uma arquitecta paisagista que, conjuntamente com os elementos do GTL fizeram o estudo desta zona envolvente. Bom, cada um tem as suas opiniões, eu baseio-as nos pareceres dos técnicos. As arquitectas paisagistas são licenciadas por faculdades de arquitectura – naturalmente mais habilitadas que eu, e qualquer um de nós, eventualmente, para essa situação. -----

----- «Arruamentos da zona envolvente/passeios largos» – bom, você é uma pessoa que passeia numa zona escolar, essencialmente escolar, onde está a escola secundária, onde está a pré-primária, onde está a preparatória, onde está eventualmente – irá entrar em funcionamento – a Royal School e, portanto, uma zona, essencialmente escolar onde apenas existe, neste recinto, uma casa de habitação – ou duas – no meio. Portanto, numa zona escolar, creio eu, que será sempre conveniente ter restrições ao trânsito de viaturas. Não foi eliminado porque não era possível eliminar. Entenderam os técnicos – e eu acho razoável – e a Câmara achou razoável que se condicionasse o trânsito o mais possível. Portanto, ficando com estacionamento convenientes para os professores, com um parque que se fez ao lado e, portanto, para resolver em parte essa questão e dar segurança aos alunos. São opiniões! Tem o direito a ter a sua opinião, naturalmente. Agora, quem está correcto, ou não, o futuro também será um bom juiz, conselheiro. -----

----- «Central de Camionagem/túnel» – só lhe faltam as escovas para ser, digamos uma estação de serviço, como quis dizer. Bom, eu devo dizer o seguinte: o Partido Socialista pautou a sua campanha eleitoral condenando as obras da Central, da zona envolvente e, quiçá, uma outra. E, devo dizer, que o povo não lhe deu razão. O Povo não lhe deu razão! Porque baseou a sua campanha eleitoral na contestação a estas duas obras. Da zona envolvente, já vi aqui elementos da bancada do Partido Socialista, elogiar as obras da zona envolvente; da Central de Camionagem, virá o tempo em que iremos, certamente, ouvir esses elogios – porque eles já começaram, em órgãos de comunicação social e agentes que têm a ver com os

transportes, incluindo o técnico que veio a Mogadouro e que teve a oportunidade de a visitar, da Direcção Geral de Transportes Terrestres. -----
----- «Alterações de Projectos e não alterações de Projectos» – Eu devo dizer, se calhar também porque, como disse, é novato nestas andanças políticas, mas, todas as alterações aos projectos – que as há, e tem havido – são alterações que são apresentadas em reunião de executivo, são aprovadas e são executadas. No caso da Biblioteca, no caso da Central de Camionagem, as alterações são mínimas. As alterações foi em questão de reforço da estrutura e, em vez da relva que você disse, no estádio de futebol, que hoje começa a merecer elogios, ela foi substituída por plantas rasteiras, aconselhadas justamente por uma arquitecta paisagista, que irão ver, naturalmente quando o calor vier – assim o suponho – estender-se e dar verdura àquela parte inclinada. -----

----- «Alterações e revisões do Plano de Actividades e Orçamento» – são compreensivas as críticas mas, como já disse aqui o Deputado Vítor Batista, as coisas não podem ser estáticas. E, se repararam nos assuntos que motivaram estas revisões, trata-se de situações que tiveram evolução durante estes tempos. Devo lembrar, nomeadamente, que, uma das alterações que consta nesta revisão, que é a introdução da reconversão ou recuperação da Fraga da Faia, em Bemposta, Projecto que o ICN vai financiar – que não constava do Plano, teve que se incluir e, portanto, só se podia incluir com uma revisão do Plano. Também consta uma outra alteração Orçamental, onde podem ver que é reforçada uma verba para “Acção Social” **(neste momento o orador foi interrompido pelo Presidente da Mesa, que lhe pediu que abreviasse a sua intervenção pois que o assunto de que estava a falar teria oportunidade de ser discutido à posteriori, respondendo este Vereador que só estava a dar esta resposta em virtude de ter sido suscitada esta questão, que ele iria passar, que é a questão das transferências de capital para as Juntas de Freguesia. E continuou.)** Foi uma proposta que se levou a reunião de Câmara, que foi aprovada, em que, dos seiscentos e cinquenta mil euros afectos às transferências de capital para as Juntas de Freguesia, pela experiência que os últimos anos nos demonstraram, que entendemos que poderão ter um melhor aproveitamento, digamos, no concelho, e durante este mandato. Por isso, afectou-se metade das transferências de capital – seguindo os critérios dos Fundos Municipais, do FEF – e a outra parte irá ser (foi definido isso), através de protocolos que, naturalmente, terão que ir a reunião de Câmara para obras específicas. Portanto, essas obras específicas, se, à partida, estão a dizer que vão ter um cariz político, vamos ver, durante a aprovação desses protocolos e depois, aí, poderão tirar as conclusões. Porque, como sabem, em dois mil e cinco, foi aprovado, nomeadamente, um Protocolo que vai ter que ser reformulado – por exemplo para Castelo Branco ainda não foi transferido – e elas só podem sair das transferências de capital, de

um projecto que já está executado, que a Junta tem que pagar e, portanto, parte dessas verbas, por exemplo, irão para aí. Como é que alguma Junta poderia recuperar uma casa, como a Casa Grande de Tó, sem um Protocolo? Com as verbas das transferências correntes não podia. Portanto, eu creio que poderão ter, e beneficiar paulatinamente, as Juntas que apresentarem projectos que a Câmara, no seu conjunto, entenda que mereçam esse apoio, porque não é com meia dúzia de tostões que uma Junta se pode lançar numa obra, seja lá de fazer um cemitério de raiz, ou coisas do género. Teremos aqui um mecanismo, para o longo destes quatro anos, dar resposta a essas situações. Creio que respondi. Muito obrigado”. -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou a seguir da palavra dizendo que pensava terem já ultrapassado largamente o tempo que o Regulamento conferia para o Período da Ordem do Dia e estavam a um terço da reunião. Por conseguinte, continuou, havia alguns Deputados que lhe tinham pedido a palavra, relativamente às questões que foram respondidas pela Câmara, queria que fossem breves, apenas e, depois, far-se-ia o intervalo para almoço e continuar-se-ia da parte da tarde. De seguida, deu a palavra aos Deputados Municipais que se seguem, acrescentando que, a partir deste momento, dão por findos qualquer tipo de pedidos. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** já no uso da palavra disse, ainda quanto às escolas, o seguinte: - “O discurso do senhor Presidente, no meu entender, entrou em contradição com a Moção apresentada. Eu, até estou de acordo com grande parte da sua intervenção. Só que, então, afinal o que é que está em causa? É somente a construção do Pólo! Porque, financiamento para transportes, alimentação, parece-me que já os têm mais ou menos assegurados. Então, é só, única e simplesmente a questão do financiamento! Eu também acho que deve ser construído mas, como disse, o Projecto ainda não está feito. Então como é que poderia ser construído a curto prazo se o Projecto não está nem feito, nem aprovado? Acho que estamos aqui com uma questão, com uma falsa questão! Acho que era impossível partirmos já para a construção sem as bases, sem os alicerces – pelo menos o projecto! Portanto, acho que devem-no fazer primeiro, levarem-no a aprovação e depois logo se verá. Eu, também penso que as crianças devem estar em primeiro lugar de tudo – apesar de ser professora, eu ponho as crianças em primeiro lugar, como o senhor Presidente. Porque, por outro lado, então, se não queriam o encerramento das escolas e queriam ficar com mais escolas abertas, além das três, então porque é que a autarquia não soube negociar com o Ministério como o souberam fazer outras autarquias, doutros concelhos, que ficaram com muito mais escolas abertas? Deixo a questão no ar. Quanto ao que o senhor Presidente disse das colegas do primeiro ciclo de Mogadouro, bem, eu, por acaso, não as acompanhei – poderia tê-lo feito, que até estava de acordo – mas o tempo encarregou-se de lhes dar razão. Este ano lectivo formou-se mais uma

turma e chegou-se à conclusão que não havia salas. Tirou-se a biblioteca, duma salinha pequenina, e foi aí instalada – por acaso até é a minha turma (sou eu que estou a trabalhar nessa sala). Portanto, o tempo encarregou-se de dar razão às colegas quando fizeram aquele – não foi também contra as crianças, foi a favor das crianças do primeiro ciclo, que eram as nossas”. ---

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra dizendo o seguinte: - “No fundo, o senhor Presidente da Câmara veio-nos dar razão da forma como nós votámos, de facto, aquela Moção sobre o ensino. Portanto, parabéns pela sua intervenção, porque nos veio dar razão. Quanto à questão das transferências de capital, vamos esperar então que as Juntas – pelo que aconteceu no outro mandato, de facto, as Juntas eleitas pelo Partido Socialista (dá-me a impressão) que não beneficiaram com contratos-programa e, se algum foi feito, acabou por não ser cumprido. Pedia ao Dulcíneo se me confirma que, de facto, o protocolo que fez com a Câmara no outro mandato não foi cumprido, até à data. **(Neste momento foi interrompido pelo Presidente da Mesa por se estar a tentar estabelecer diálogo, o que não era permitido)**. Sobre o que foi também aqui dito pelo Vereador Pimentel, que foi criticado por nós, a questão da relva sintética no campo de futebol. Será melhor ler as actas porque, de facto, que eu saiba, a relva sintética foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. Se a aprovámos por unanimidade, portanto, não a podíamos ter criticado. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra, e disse: - “Ainda a propósito das escolas, porque o Ministério parece que é arrogante e quer fechar as escolas. É evidente que é essa a política que está a seguir, e que quis seguir, mas não é sozinho. Nunca o Ministério se atreveria a encerrar as escolas se não tivesse o parecer dos municípios. E teve-o, até porque foi celebrado um protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério, no sentido de encerrar novecentas e tal escolas este ano e acontece que já vai em mil – já ultrapassou, já vai em mil e quinhentas. Ultrapassou as expectativas e, foi o que os representantes do Ministério, aqui em Mogadouro – quando saíram daqui – disseram: «em Mogadouro ultrapassámos a nossa expectativa; não pensávamos fechar tantas escolas». Tenho aqui um mapa das escolas do distrito, que vão ficar abertas em todos os concelhos e, só pergunto porque, por exemplo, Carrazeda – com menos crianças que nós (tem para aí um terço das nossas crianças – Macedo de Cavaleiros – também tem menos – Moncorvo – muitas menos – e Vila Flor, menos ainda, um fica com sete, outro com nove, outro com oito e outro com oito também. Isto, eu gostava de perguntar o que houve aqui, qual foi a habilidade de alguns autarcas - e a inabilidade de outros, ou das pessoas que estavam responsáveis por este assunto porque, de facto... Quanto ao documento que o senhor Vereador diz terem-lhe dado na DREN, garantindo que ficariam as escolas abertas, engane-se quem pensar que isso é verdade, porque não ficam oito – e até já só estão a concurso três.

Portanto, está o assunto arrumado – e, por certo que a Câmara vai compartilhar os transportes senão, não seria de bom senso estar a votar a Moção porque, não sei o que é queriam lavar com aquilo porque, realmente, eu – não estou a menosprezar a minha inteligência – mas não compreendi. Este documento, eu não chamo um documento! Este documento é um papel de rascunho. Penso que as coisas não devem ser tratadas assim. Devem ser tratadas como deve de ser. Se é este documento que nos enviou ... eu não o reconheço assim – é um papel de rascunho! Quanto aos encarregados de educação estarem todos de acordo em fecharem as escolas e em serem transportados para a Vila, não me parece que assim seja também, até porque eu já fui abordada por algumas mães no sentido de me perguntarem e de o saberem, se em Chacim ou em Sendim, no colégio, haveria o ensino básico, que estavam na predisposição de porem lá as suas filhas para não as sujeitarem aos transportes e às deslocações. Portanto, não – e a D. Joaquina está ali de testemunha que isso foi verdade. **(Foi neste momento interrompida pelo Presidente da Mesa que lhe pediu que concluísse, pelo que esta Deputada Municipal deu por terminada a sua intervenção).** -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra dizendo que apenas pretendia dar resposta ao Vereador João Henriques, porque este havia falado directamente com ele. E disse: - “O Conselho Municipal de Educação (corrija-me se eu estou a «meter o pé na argola») era constituído, – era – pela Carta Educativa que está em «vigor», Ana Maria Vilares, professora Teresa Sanches, professor Mário Grave. O professor Mário Grave, segundo me consta, veio a duas reuniões – abandonou! Portanto, se calhar, chegou à conclusão que não vinha cá fazer nada, também. Esta é uma análise minha. Quanto à competência na Carta Educativa, eu direi ao senhor Presidente da Câmara que, no artigo dezanove «Competências», diz assim, expressamente: «a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respectiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação». Portanto, tem responsabilidade”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** também usou da palavra para dizer o seguinte: ----- “Sinto-me, de certa forma, obrigado a vir novamente a esta tribuna para prestar a esta Assembleia o seguinte esclarecimento: sendo professor da escola secundária, e tendo ouvido as palavras que ouvi do doutor João Henriques, eu teria que prestar este esclarecimento, uma vez que não surgiu qualquer nome candidato ao escrutínio para incluir o Conselho Municipal de Educação. Sendo assim, porque razão eu também não o teria feito. Ora bom, acontece que eu fui convidado pela Associação de Pais para representar os pais e encarregados de educação nesse órgão, lugar que já vinha desempenhando do mandato anterior. De qualquer das formas, porque desempenho o cargo de Presidente da Assembleia de Escola – da

escola secundária do terceiro ciclo de Mogadouro – não deixei de incentivar os meus colegas – e até acabei por incentivar aqueles que são mais críticos em relação ao sistema, que na escola não deixam de fazer as suas críticas constantes àquilo que são as políticas educativas para o município – e, sinceramente, abordei várias pessoas para que dessem o seu nome para integrar esse órgão porque aí, concerteza, teriam oportunidade de ter voz activa e de contribuir para a melhoria das coisas. Portanto, é só este esclarecimento. Se eu não tivesse sido convidado pelos pais e encarregados de educação para os representar no Concelho Municipal de Educação – não tenham dúvida – o meu nome teria aparecido porque, é ali que se deve dar o contributo, e não nas mesas do café, a falar muitas vezes não se sabe bem de quê”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador João Henriques que, em relação às escolas, disse o seguinte: - “O papel que os senhores viram e que dizem que aquilo é um rascunho, é o papel que a DREN nos deu. Bem pedimos outro papel – que eu estava com o meu Presidente – bem pedimos outro, mas é assim que a DREN trabalha, e foi aquele papel que a DREN nos deu e não nos deu, rigorosamente, mais nenhum. Portanto, em relação a isso, esse assunto, está resolvido. O Deputado Aníbal Moreno diz que a intervenção do senhor Presidente vem dar razão à votação da Moção por parte do Partido Socialista. Mas, vem dar razão a quais? Aos que se abstêm ou aos que votam contra? É que são dois tipos de votos diferentes! Para nós percebermos a qual deles é que damos razão porque, aos dois, não podemos ter dado, porque são dois tipos de votação completamente distinta! Portanto, ficará para uma próxima oportunidade, até a nós, sabermos a qual é que deu razão nisto. E, por fim, algo que é enganoso, é dizermos quantas escolas é que ficam abertas por concelho. Eu gostava que viessem aqui e dizer assim: «fica aberta a escola tal, com oito alunos; fica aberta a escola tal, com sete alunos; fica aberta a escola tal, com não sei quantos alunos», mas isso não nos dizem. Só dizem quantas ficam. Pois ficam! Com quantos alunos? É muito simples: nós olhamos para Vimioso e diz que ficam com mais escolas do que Mogadouro. Pois ficam! Mas, olhamos: – quantos alunos tem Argozelo? Bem, mais do que aqueles do que a DREN quer encerrar as escolas; quantos alunos tem Carção? Mais do que aqueles que a DREN quer encerrar as escolas, quantos alunos tem Santulhão? Mais do que aqueles que a DREN quer encerrar as escolas com o número de alunos. Portanto, é tão simples quanto isso. Eu gostava era que me dissessem que há escolas, que vão ficar abertas, com menos alunos do que aquelas que encerram em Mogadouro! Isso é que eu gostava que aqui viessem dizer! Porque, isso é que era a argumentação séria. Mas isso, ninguém vem aqui dizer. Isso, aqui, ninguém vem dizer. Portanto, meus amigos, em relação do doutor Mário Grave não falo, porque ele nem está, nem é de bom-tom nós estarmos a falar disso.

Agora, o que é triste, é não ter o Conselho Municipal de Educação o representante da escola secundária, eleito pela escola secundária. Essa é a tristeza que o Conselho deve sentir; não somos nós; é a tristeza que o Conselho deve sentir porque, se as pessoas estão de acordo ou não, é dentro dos órgãos que lutam pelas coisas. Porque, era a mesma coisa que aqui, na Assembleia Municipal, alguns dos senhores não concordarem e, então, só ficava a bancada do PSD agora, porque somos nós que somos maioria; ou ao contrário, é dentro dos órgãos que se deve dizer as suas opiniões, e não não fazendo parte desses órgãos. Isso é que acaba por entristecer. Muito obrigado”.

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, que disse querer dizer muito rapidamente, e só por uma questão de rigor, o seguinte: -“Só para esclarecer que, em relação ao exemplo que pediu ao senhor Dulcíneo de Vale de Porco, para explicitar o seguinte: por intervenção do Parque Natural do Douro Internacional, em dois mil e cinco, assinou-se um Protocolo para o parque de Merendas de Tó e para a recuperação da envolvente da Capela da Vila Velha – não é Vila Velha – pronto, da Freixieda. Portanto, assinou-se o Protocolo, de um modo também algo apressado, na altura certa, mas não havia ainda o projecto. A partir de determinada altura, também, se calhar – e se a culpa também foi da Câmara por, ou pelo volume de obras ou pelo volume de projectos que trazia – não se desenvolveu durante dois mil e cinco e acontece que também foi dada informação à Câmara, neste momento, que voltava a haver a hipótese de, em dois mil e seis, ter o financiamento adequado para o Parque de Merendas de Tó e de Vale de Porco. Nesse sentido, voltou-se – e uma das razões da revisão do Plano foi a inclusão, novamente, do Parque de Merendas de Tó e de Vale de Porco, para podermos ver se conseguimos andar com o projecto, fazer o projecto para fazer a obra. Portanto, essa é a razão, também, da alteração e da revisão e do Plano”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** desejou a todos um bom almoço e anunciou que às duas horas e meia, impreterivelmente, se recomeçariam os trabalhos e quem não estivesse tinha falta”.

----- Eram as doze horas e cinquenta minutos quando foi dada por encerrada esta I parte dos trabalhos. -----

-----II PARTE -----

----- Às catorze horas e trinta minutos foram retomados os trabalhos, procedendo-se de imediato à chamada dos eleitos para verificação da existência de quórum. -----

----- Feita a chamada, verificou-se a presença de todos os eleitos que haviam comparecido na primeira parte desta sessão, prosseguindo-se assim os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que, antes de se dar início ao Período da Ordem do Dia, já tinha dado uma cópia do ofício que o

senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista questionou e que, uma vez que tornou público o conhecimento desse ofício, iria passar a lê-lo: “Assunto: «Lei número doze/dois mil e quatro, de trinta de Março – Designação de Representante. (Isto, endereçado à senhora Directora Regional de Economia do Norte). -----

----- Em resposta à vossa circular supra referenciada, cumpre-me informar vossa excelência que a mesma só chegou a esta Assembleia Municipal dia seis de Janeiro do corrente ano, pelo que, como se compreende, não foi possível incluí-la na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de Dezembro passado. -----

----- Assim, e de acordo com conversa telefónica havia com a doutora Ana Cristina após recepção daquela circular, comunico a V. Exa. que a eleição do representante a que alude a lei em epígrafe terá lugar na próxima assembleia de Fevereiro. Entretanto, a Assembleia Municipal de Mogadouro far-se-á representar pelo seu Presidente junto desse organismo.-----

----- Com os melhores cumprimentos. (Assinatura minha, disse). -----

----- A seguir, informou que, relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, e porque lá fora já tinha sido questionado da necessidade de abreviar os trabalhos – eles iriam demorar o tempo que suas Excelências quisessem, de acordo com a lei – mas queria recordar o seguinte: para intervir nos debates, por cada ponto, neste período, da Ordem do Dia, será concedida a palavra a cada membro da Assembleia que para tal se inscreva, no máximo de duas vezes. Gostaria que o respeitassem. Assim sendo, iriam entrar no ponto a seguir: -----

----- **2. 1 Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;** -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse o seguinte: - “Como podem observar nos documentos que lhes foram distribuídos, além da participação dos elementos do Município em todas as reuniões que se encontram aí discriminadas, que vocês podem constatar, que facilmente poderá ser concluído que, se o Presidente estivesse presente em todas jamais estaria dentro do edifício da Câmara Municipal. Hoje, a vida autárquica é composta por isso, são muitas as associações, são muitos os locais onde o executivo tem que estar e, como tal, elas aparecem aí, devidamente discriminadas. Sobre a questão das obras, também têm o ponto da situação aí: as que estão em execução; as

que estão concluídas; os montantes e tudo isso. Comparando este relatório com o relatório da assembleia anterior, ficarão, concerteza com o ponto da situação e da evolução das obras no terreno. -----

----- Sobre a Situação Financeira do Município, consta também do relatório enviado, em que aparece, na dívida em sete do dois de dois mil e seis, a fornecedores, a empreiteiros, empréstimos em dívida, encargos para o presente ano, assim como os saldos. -----

----- Queria apenas transmitir o seguinte: à data de hoje, a dívida a empreiteiros é de um milhão e oitocentos e setenta mil euros, dentro dos quais, quatrocentos mil são de trabalhos a mais que aguardam Visto do Tribunal de Contas. Portanto, enquanto que, na informação que receberam em casa estão dois milhões trezentos e quarenta e nove mil, à data de hoje é um milhão e oitocentos e setenta mil. Em relação à dívida a fornecedores, que aparece aí quinhentos e oitenta e três mil euros, quero explicitar o seguinte: desses quinhentos e oitenta e três mil euros, trezentos e vinte e três mil é a organismos públicos, ou semi-públicos como é o caso da Associação de Municípios do Douro Superior, é o caso da empresa Santos, dos transportes escolares e de recolha de resíduos sólidos urbanos, que são trezentos e vinte e três mil a quatro fornecedores. O resto, são duzentos mil, a fornecedores. Esta é a situação actual que diz respeito à situação financeira do Município. Dos empréstimos que a Câmara contratualizou, quero-lhes dizer que, do penúltimo, ainda falta levantar cerca de meio milhão de euros e, do último contratualizado, levantaram-se duzentos e cinquenta mil, que era de um milhão cento e tal mil euros (cento e oitenta mil euros, à volta disso). Portanto, ainda se encontra à disposição da Câmara, está afecto à execução de determinadas obras, que vai sendo levantado à medida que as obras vão também avançando. E, sobre este assunto, ficava-me por aqui”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida se alguém teria alguma questão a pôr, não se havendo ninguém manifestado positivamente. -----

----- De seguida, apresentou o ponto a seguir na Ordem do Dia: -----

----- **2. 2 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”;*** -----

----- De seguida, perguntou aos Grupos Parlamentares se não viam inconveniente em que se discutissem os três pontos a seguir em conjunto com o que acabou de ser apresentado, em virtude de se interligarem, procedendo-se depois à votação ponto a ponto. Como ninguém se manifestou contra, apresentou os três pontos que se seguiam na Ordem de Trabalhos, dando de seguida a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação dos mesmos: -----

----- **2. 3 *Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAL DO ANO DE 2006”;*** -----

----- 2. 4 **Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”**: -----

----- 2. 5 **Análise e deliberação sobre “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”**; -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, já no uso da palavra, disse: - “ Sobre este assunto, da questão da revisão, como dizíamos da parte da manhã, um Plano de Actividades não é, nem pode ser, estático. Por isso, a lei permite que, no decurso do mandato possam ser feitas revisões e alterações ao Plano de Actividades. As alterações, como sabem, são da responsabilidade do executivo. Quando há necessidade de fazer uma revisão ela tem que ser, obrigatoriamente, também aprovada na Assembleia Municipal. Daí ter sido já aprovada em reunião do executivo e daí, também, ser presente a esta Assembleia. Qual é o conteúdo substancial desta revisão? Já referi algumas situações de manhã mas, resumidamente, é isto: introduziu-se aqui uma rubrica, que é «construção/aquisição de uma casa mortuária», apenas para salvaguardar o seguinte: com esta questão da Gripe, de certo modo, creio que a legislação comunitária é no sentido de prevenir esta pandemia que é previsível, da Gripe das Aves, e sei que está, neste momento, a nível comunitário, a ser feita legislação em que obriga a que as Casas Mortuárias existam e que tenham como partes constituintes o seguinte: uma sala destinada ao morto em si, isolada do público – da família e do público; exige uma sala para a família e uma sala para o público. Portanto, está em preparação. Os espanhóis estão a avançar com esta situação, até com aquisição de carros – tipo trailers – onde têm casas mortuárias completas (tive oportunidade de visitar duas delas em Zamora). E, no sentido desta Gripe das Aves alastrar e termos necessidade de resolver o problema porque, se a legislação comunitária e nacional (naturalmente será transcrita para a nacional) o obrigar, temos instrumentos para poder dar uma saída a essa situação. Depois, também, foi para alterar aqui a designação de um projecto que é a segunda fase da Zona Industrial. Nós, no Plano de Actividades tínhamos: «Zona Industrial – II Fase, com ligação à EM duzentos e dezanove». Ora, como foi-nos aprovado um financiamento a nível de INTERREG em que a candidatura só tinha «Zona Industrial – II Fase», portanto, tivemos necessidade de proceder apenas à alteração do nome, porque tem de bater uma coisa com a outra. Tivemos conhecimento, já no decurso deste mandato, do financiamento, também, para um projecto que tem como designação «execução de projecto de valorização – percurso eco-turístico temático na Cascata da Faia, Lamoso, Bemposta»; tivemos que introduzir. Aproveitou-se, naturalmente, para fazer alguma alteração nalgumas rubricas, também, que através duma alteração ao Orçamento, em que se transferiu para uma rubrica que diz aqui «Santa Casa da Misericórdia – IPSS», que se reforçou com cerca de duzentos mil euros – Isto, no sentido

de poderem ser apoiadas algumas IPSS's além da Santa Casa da Misericórdia. Portanto, grosso-modo, foram estas as alterações introduzidas – com esta revisão. É isto que está aqui para ser aprovado e deixo, naturalmente, à vossa consideração. Qualquer esclarecimento, façam favor!”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou a seguir da palavra declarando abertas as inscrições para uso da palavra. De seguida, usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais: -----

► **ANÍBAL MORENO**t, já no uso da palavra, disse o seguinte: - “Analisar em primeiro a revisão do Plano de Actividades. Em primeiro, é de estranhar, de facto, com tão pouco tempo decorrido na vigência do actual Plano de Actividades, proceder já a uma revisão. Bom, mas, a justificação é que parece que apareceu a possibilidade de uma candidatura no caso lá do eco-turismo mas, o que a lei diz é que, quando se fazem as revisões, é para introduzir obra nova ou, introduzir receita nova. Neste caso concreto, receita nova não é acrescentado mas, o mais estranho que aqui, que eu acho que neste caso concreto acontece é que, para introduzir estas obras novas vão ser outras obras – que se criaram expectativas (e principalmente Presidentes de Junta, (concerteza estavam a contar com essas obras – e falo concretamente, por exemplo, o caso de Castro Vicente, que lhe é retirado o Pavilhão – quarenta mil euros que tinha inscrito, para financiar agora uma nova obra). Há dois meses, consideraram que era importante investir em Castro Vicente para construir esse Pavilhão Polidesportivo; neste momento, já não é importante e tiram-lho para investir essa verba noutra parte. Portanto, acho que não é muito correcto, e estamos a começar o ano. Portanto, acho que até ao fim do ano concerteza que ainda arranjariam projectos para investir, de facto, nessa freguesia e dando cobertura ao Plano de Actividades. Este Plano de Actividades que constava para Castro Vicente, quarenta e oito mil (retiram-lhe quarenta e sete mil e quinhentos euros, fica lá com quinhentos euros que é, no fundo, para não dizerem para desaparecer). Por outro lado, o Miradouro da Serra da Castanheira desaparece também, praticamente, completamente que, concerteza para ficar também para as «calendas gregas», que tinha vinte mil, fica cá com dezanove mil, aliás, com quinhentos euros. Não é correcto que se lhe destine uma verba – e estamos a começar o ano – e logo, passados dois meses se lhe retirem estas verbas. Por outro lado, e peço que me expliquem, o porquê, que aparece aqui «saneamento/Variz – II Fase» anula-se e inscreve-se novamente. Porque é que se anularam os vinte e cinco mil e voltam-se a inscrever os vinte e cinco mil. Expliquem-me o que é que se passa com esta obra. E, quanto – ouvi agora essa explicação da Zona Industrial – só muda o nome, pelos vistos. Tenho pena que não continue a variante incluída no Plano de Actividades. Se ela foi reformulada pela questão do nome coincidir com a candidatura, então, sim

senhora – e estamos perante uma revisão – tinha-se aproveitado esta revisão para corrigir o nome correcto do Projecto mas, a Variante, devia-se manter em Plano de Actividades. Pelos vistos, pelo menos eu, aqui neste Plano, não vejo nada que, de facto, continue a Variante em Plano de Actividades como anteriormente estava consignado. Por outro lado, também vejo aqui, aproveitando esta revisão, a questão do Matadouro, afinal, levou mais uma machadada e é para dizer, de facto, que o Matadouro Municipal não é para avançar porque estava consignado com vinte mil euros e agora, portanto, tiraram-lhe mais dezanove mil – fica, portanto, com uma verba ridícula de mil euros. Eu, nesta revisão, poderei concordar, de facto, com a necessidade, pronto, apareceu neste momento a questão da Casa Mortuária e apareceu a questão do eco-turismo – essa sim, favoravelmente – mas, não compreendo e não aceito que se lhe retire verbas a outras rubricas que estavam consignadas, sem que passasse tempo suficiente para averiguar da possibilidade, durante este corrente ano, serem executadas. Por isso, a nossa posição sobre estas revisões e alterações vai ser de abstenção em todos os documentos”.

► **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, usou a seguir da palavra para dizer o seguinte: - “Tal como na apresentação anterior ao Plano de Investimento Municipal para o ano dois mil e seis, Vale de Porco também continua sem figurar – sem figurar aqui, nesta revisão ao Plano de dois mil e seis. Ou seja, não tínhamos anteriormente obra nenhuma, e aqui continuamos, de facto, a não ter obra nenhuma. No entanto, numa breve conversa, no intervalo, com o senhor Vereador Pimentel e com o senhor director do Parque, foi-me dito que poderíamos ter de facto, para Vale de Porco, a realização dum projecto já antigo (que faz parte de um Protocolo que foi assinado entre a freguesia de Vale de Porco, a Câmara Municipal, o ICN e o Parque Natural das Arribas do Douro) em relação ao arranjo urbanístico da capela da Freixieda – da capela da Senhora da Encarnação, no local da Freixieda. Por outro lado, há aqui também um ponto que eu acho importante e que, de facto, o concelho de Mogadouro precisa – o concelho de Mogadouro, juntamente com outros concelhos da vizinhança (refiro-me concretamente ao matadouro – matadouro intermunicipal - será assim chamado, julgo eu - que será feito entre Mogadouro, Vimioso, Miranda, e eu não sei, mais alguém. Portanto, penso que isto será um projecto a realizar-se, e o mais breve possível; será um projecto que interessará a toda a agricultura que, quer queiramos quer não, ainda continua a ser a base de sustentação dos milhares de pessoas que existem em Mogadouro e, quando ela desaparecer definitivamente, vão os serviços atrás dela, vai o comércio atrás dela – vai tudo! Por enquanto, ainda continua a ser o motor de desenvolvimento do nosso concelho. Isto, quer queiramos, quer não – e não vejo, a curto prazo, que venham aqui indústrias instalar-se e venham substituir a agricultura. Portanto, se é a

agricultura que temos, é a agricultura que devemos preservar e tentar rentabilizá-la o máximo possível para que continue a servir de motor e, se possível, fortalecer esse motor. Por este ponto, talvez este Matadouro venha a «substituir» o lugar que ocupava o Mercado do Gado – que presentemente foi usado para outras funções – no entanto, eu também compreendo que o Mercado do Gado, neste momento, não era, de facto, uma peça fundamental na agricultura de Mogadouro. Os negócios do gado, presentemente, fazem-se num outro nível. Agora, esperamos que o Matadouro avance o mais rápido possível, embora não seja com as verbas que aqui vêm mencionadas (não vai ser com estas verbas que realmente se pode fazer avançar um projecto desses) mas, por tudo isto, e por estas dúvidas que eu tenho, eu vou-me abster na votação deste ponto. Muito obrigado”.

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra para dizer que, relativamente ao que ali já foi dito, o Plano de Actividades, como se sabe, é um plano de intenções, que é um documento que tem que estar em aberto, tem que sofrer alterações – e ainda bem que as sofre, porque isso é sinal de dinâmica. Mal de nós se estivesse fechado logo à nascença. Isto aqui contempla, é lógico, a grande componente é o reforço, ou a introdução de novas rubricas a executar. Portanto, é lógico, tínhamos duas soluções: ou aumentávamos ao valor global ou, dentro do valor global, fazíamos, numa ginástica financeira, transferir verba de umas para as outras, mantendo o mesmo valor mas, é lógico, que não vamos desinscrever rubricas, ou acções. Se, na altura da aprovação do documento, ele era criticado por estar subestimado – tinha um valor excessivo – agora, também se o fôssemos a empolgar mais, também ainda mais criticável era da parte da bancada do PS, certamente porque, na altura ele criticou por ser um valor alto. Nós sabemos – e o senhor Vereador, na altura, Aníbal Moreno, também, quando estava no executivo, quer na oposição, quer em termos de estar na liderança, também fazia as suas ginásticas financeiras – até era o Vereador responsável por este sector – fazia as suas ginásticas financeiras transferindo de acção para acção, mantendo os valores e, até chegámos ao final do ano com não sei quantas alterações ao Plano, que era um número razoável, mas isso, também não é criticável e é sinal de dinâmica e é sinal que a Câmara se vai ajustando àquilo que vai aparecendo ao longo dum tempo; ninguém pode prever à nascença o que vai acontecer. Portanto, eu acho que aqui não há mal nenhum, nem é criticável. Não desapareceram acções – isso é que é importante – de facto estão inscritas – isso é sinónimo que se querem manter os objectivos e, vamo-nos ajustando com a realidade, porque eu acho que, se aumentasse ao valor, certamente tinham mais razões para o criticar porque foi isso que criticaram na altura – ter um valor alto. Não vamos agora pedir que o valor aumente. Era isto que eu queria dizer.”

► **JOSÉ MARIA PRETO** também usou da palavra, e disse: - “Só reparando agora para esta ginástica com os números – e é de números e de verbas que estamos a falar – mas, por trás, dos número e das verbas há a atitude de mexer com os números. E, o que me parece de relevar e que merecerá o apoio da nossa bancada, relativamente a isto que se pretende, que a Câmara nos propõe, é o facto de isto dever ser interpretado desta maneira: o facto de se retirarem valores percentuais às dotações inicialmente previstas e definidas, penso eu que não significa, de forma alguma, o abandono dos projectos que se encontram no Plano de Actividades, que não significa hipotecar nem abandonar a ideia de as concretizar, o facto de se retirarem verbas não é para mim significativo, na medida em que surgem outras ideias, surge a necessidade de mexer com os números e, portanto, a proposta inicial de continuar com os projectos calendarizados mantém-se porque as verbas lá estão e, portanto, nós apoiamos”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, usou a seguir da palavra para responder às questões levantadas. Disse então o seguinte: - “É sempre uma mais valia ter pessoas, quer no executivo, quer nesta Assembleia Municipal – pessoas que estão dentro dos assuntos e que sabem como estas coisas são feitas, quer pela experiência profissional que têm, quer pela experiência política, como é o caso do Deputado Moreno. De qualquer das maneiras, há coisas que eu penso que ele não precisa de explicações porque ele as conhece, apenas trata de as suscitar num órgão como este, o que também é compreensível. Introduzir receita nova com revisão e obra nova, é evidente que, e escusado será dizer que, nas receitas, quando se faz um Orçamento há sempre aquelas rubricas «outros» e não sei quê, onde se prevê aquilo que às vezes, à data da execução do Plano de Actividades e Orçamento ainda são variantes imponderáveis. Portanto, aqui, tratou-se de introduzir alguma obra nova que consideramos importante, como é o caso da Cascata da Faia de Lamoso, como é o caso da questão da Casa Mortuária contemplar aproveitando a revisão. E, em relação à rubrica que faz referência à questão do «Variz – II Fase», eu creio que ele não precisa da explicação minha porque ele sabe, talvez melhor que eu. Trata-se de, apenas, alterar um código contabilístico que passa, no final, de «zero um» para «zero quatro» porque, «zero um» tinha a ver com arruamentos e, o que está aqui em causa, nesta fase, é águas e saneamentos. Portanto, é um código contabilístico que eu penso que o Deputado Moreno sabe isso melhor que eu, de longe! Em relação à questão de retirar verbas a umas obras para acrescentar as outras, eu creio que este é um problema que se põe a quem tem que gerir. Gerir e governar, ou governar, é optar e, portanto, as coisas têm um tempo para ser feitas. O que é importante é que elas constem no Plano de Actividades. Agora, o Matadouro ter lá vinte mil euros ou ter lá

quinhentos euros, nesta fase do campeonato é a mesmíssima coisa porque, como sabem, a questão do Matadouro intermunicipal, começou-se a negociar no final do anterior mandato mas, efectivamente, as condições políticas do término do mandato não são as próprias para que os municípios façam aquelas cedências que às vezes é necessário. Miranda do Douro tem quota de abate afecta ao Matadouro que detém neste momento; Vimioso está mais ao lado, de maneira que, não é no fim do mandato que Miranda cede, digamos, a transferência do Matadouro – nem possivelmente irá ser neste – mas, creio que há uma disponibilidade muito maior já, nesta fase, da parte de Miranda do Douro, para aceitar a localização do Matadouro entre Mogadouro e Miranda. E, aquilo que está mais ou menos conversado, em termos de Matadouro é tentar localizá-lo no término do concelho de Mogadouro com o concelho de Miranda. E, a candidatura, o investimento financeiro, de certo modo ser sustentado, daquilo que vai para além do financiamento nacional, por Mogadouro e por Miranda e Vimioso. Entrar apenas como sócio do Matadouro, como parte no Matadouro, em relação aos fundos comunitários porque, naturalmente, Vimioso não terá condições para investir num Matadouro que seja situado na duzentos e vinte um – entre Mogadouro e Miranda – porque não conseguirá justificar isso aos seus munícipes. Portanto, está-se a estudar esta situação. Ainda anteontem estivemos reunidos – Mogadouro, Miranda, Vimioso e até com Freixo; está-se a conversar. Entre chegar-se a uma solução, elaborar o projecto adequado ao novo tipo de matadouro e tudo isso, creio que será muito difícil ter uma execução física durante o ano de dois mil e seis. De qualquer maneira, mantém-se em Plano; é só uma questão de uma alteração ao Orçamento. É uma alteração ao Orçamento a exemplo, também, do que acontece com Vale de Porco. Não aparece aqui na revisão mas, foi aprovada na alteração em que foi repostado o dinheiro para cumprir, digamos, o investimento que está previsto (já não era precisa a revisão porque já constava do Plano); foi feita a alteração para o Plano de Actividades em reunião de Câmara. Está dotado – não sei se foi nesta última, se foi na anterior. Sei que está dotado, Vale de Porco e Tó. -----
----- Só aqui um comentário em relação à questão do Mercado de Feiras: nós dissemo-lo, e fizemo-lo; o Mercado do Gado tem equipamento montável e desmontável para a realização das feiras. De qualquer das maneiras, há várias hipóteses e, uma zona como aquela, não pode estar afecta, na íntegra, à utilização de dois dias por mês – no caso das feiras – ou a um concurso, ou a uma feira dos Gorazes. Acho que tem que se rentabilizar melhor. Nada está decidido, porque isso terá que ser conversado, naturalmente, com as associações de agricultores, com as cooperativas, mas, creio que não será difícil, com a alteração do Regulamento das Feiras – que está também em análise – poder vir a introduzir – a exemplo do que já se vai fazer para o concurso do gado –

escolher uma outra data para a realização do concurso do gado que poderá ser feita no mesmo espaço num dia que não seja feira, ou fora do período normal dos Gorazes, assim como a realização duma feira do gado, se não se justificam já as duas, porque a situação é a que todos conhecem. Eu penso que poderá vir a ser perfeitamente definido um dia durante o mês para realização duma feira do gado, no concelho de Mogadouro, que não coincida com os dias normais de feira. Penso que é uma questão de divulgação, é uma questão de discutir isto com as associações e com os produtores de gado e então, passaremos a ter um espaço multifuncional como foi sempre o nosso objectivo”. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, ausentou-se o Deputado Municipal Albino Rodrigues, que já tinha comunicado antecipadamente ao Presidente da Mesa a sua impossibilidade de estar presente até ao fim da sessão. -----

----- De seguida, o Presidente da Mesa perguntou se mais alguém tinha intenção de intervir neste ponto, tendo-se inscrito para o efeito o Deputado Municipal que se segue: -----

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra, disse: - “Volto novamente aqui para falar sobre esta revisão e alteração porque ela está misturada. O que nos apresentam aqui não é só revisão – é revisão e alteração – e, no fundo, para contestar o que aqui foi dito, principalmente pelo Vítor Batista. Diz é que isto não tem interesse! Isto, joga-se com os números a bel-prazer, ora põe-se num lado, ora põe-se de outro. É que, quer se queira, quer não, criaram-se umas expectativas às pessoas quando se aprovou um Plano de Actividades e – volto a bater num caso concreto – Castro Vicente, quando aprovou, votou o Plano de Actividades em que constava um Polidesportivo. Votou, na certeza porém que aquilo, em princípio, iria ser construído. Pode não ser construído durante o ano mas, logo ao segundo mês, é-lhe retirado completamente a verba? Eu acho que isto não é sério, não é honesto! Porque, um Plano de Actividades é, de facto, uma previsão, mas tenta-se fazer uma previsão que seja o mais real possível. E, neste caso concreto, passados dois meses, há aqui determinadas freguesias que são logo dada a machadada total. No caso deste polidesportivo, no caso, por exemplo, da serra da Castanheira, também, a machadada total. E, quando me dizem assim: «o Matadouro não é para fazer aqui; o deixar a rubrica aberta, já se pode fazer». Mas, o que está aqui em causa, é a vontade política e, neste caso, a vontade política que é demonstrada é para não fazer porque, senão, mantinha-se cá a verba e, neste caso, retira-se porque ela foi mencionada cá para calar algumas vozes que iam, concerteza, aqui nesta Assembleia, levantar esta questão porque é que o Matadouro não aparece, e apareceu na altura com vinte mil euros, mas agora deixaram-no com mil, porque isto, de facto, é para não fazer, é para calar as vozes. E, portanto, há que meter algum realismo, algum rigor, nos Planos de Actividades. Quando se elabora

um Plano, quando se aprova um Plano, ele tem que ser com o máximo rigor de forma a que a sua execução seja, tanto quanto possível, parecida a sua execução com a previsão. E, nesta forma, não estamos a fazer isso; estamos a mudar completamente aquilo que foi proposto no Plano de Actividades apresentado aqui em Dezembro passado. E, é muito triste, de facto, que passados dois meses, se têm deste tipo de revisões”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, que usou a seguir da palavra, no uso do direito de resposta. Disse o seguinte: - “Eu queria continuar a pensar que o rigor do Deputado Moreno se mantém inalterável. Por outro lado, tenho de compreender que queira aproveitar este fórum para fazer vincar a sua posição, nomeadamente em relação a Castro Vicente, porque, efectivamente, foi nesta alteração das rubricas, de verbas, reduzido esse montante. Assim como o Matadouro! Mas, o senhor Vereador Moreno, acho que está no seu papel de dizer isto às pessoas, portanto, procurar passar a sua mensagem. Agora, uma coisa ele sabe, e uma coisa é certa: mesmo que agora fosse aberto concurso para a execução da obra do Matadouro – quando ainda não há projecto – nunca, no mínimo seis meses, estaria em execução física. Portanto, isto é uma gestão corrente de verbas de orçamento. Agora, reparem: assim haja vontade dos outros municípios para avançar, e a verba será lá colocada, nem que para tal se tenha que retirar a outras coisas que se considerem menos importantes. Agora, o Matadouro está definido e está no Plano como uma obra intermunicipal – assim tenhamos a capacidade de decidir para avançar. Assim como, em relação aos polidesportivos, temos a situação aí. Cá estaremos no final do mandato, ou no final do ano, para avaliar a execução, se ele é feito, se não é feito porque, o facto de hoje não ter verbas, amanhã pode-as ter – é uma questão de uma alteração. E, devo recordar que, no último ano do seu mandato, foram feitas também, segundo creio (e se estiver enganado eu virei aqui rectificar aquilo que vou dizer), foram feitas, pelo menos, doze alterações ao Orçamento. Se calhar, nós, no último ano, ultrapassámo-las; se calhar fizemos treze ou catorze – não interessa. Farei, ou faremos aquelas que tivermos necessidade de fazer para que a execução seja o melhor possível e se façam as obras que entendermos convenientes e prioritárias”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois desta intervenção disse que, pelos vistos, só não peca quem não é pecador e, de seguida, colocou à votação o ponto: -----

-----**2. 2 *Análise e deliberação sobre* “1.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”**, que ficou aprovado por maioria com vinte (20) abstenções, trinta e dois (32) votos a favor e nenhum voto contra.

----- De seguida, pôs à votação o ponto seguinte: -----

-----**2. 3 *Análise e deliberação sobre* “1.ª REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAL DO ANO DE 2006”**, que ficou aprovado por maioria

com vinte e uma (21) abstenções, trinta e dois (32) votos a favor e nenhum voto contra. -----

----- Logo após, pôs à votação o seguinte ponto: -----

----- **2. 4 *Análise e deliberação sobre* “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”**, que ficou aprovado por maioria com vinte e uma (21) abstenções, trinta e dois (32) votos a favor e nenhum voto contra. -----

----- A seguir, pôs à votação o ponto: -----

----- **2. 5 *Análise e deliberação sobre* “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”**, que ficou aprovado por maioria com vinte e uma (21) abstenções, trinta e dois (32) votos a favor e nenhum voto contra. -----

----- Finda esta votação passou-se ao ponto seguinte da ordem do dia: -----

----- **2.6 *Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar a ASSEMBLEIA* DISTRITAL DE BRAGANÇA;**

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto, dando a palavra consoante a ordem de inscrição, informando primeiramente que esta votação se realizaria sob a forma de voto secreto dado estarem em causa nomes de pessoas. -----

► **ANÍBAL MORENO**, no uso da palavra, disse: - “O Grupo Municipal do PS propõe, para representante na Assembleia Distrital o Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, o Ilídio Miguel Martins Rito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que, embora fosse em segundo lugar, iriam ter que as classificar. Assim, a Proposta que a Mesa recebeu, por escrito, diz o seguinte: «*O Grupo Parlamentar do PSD propõe para integrar a Assembleia Distrital de Bragança o senhor Presidente da Junta de Penas Roias, José Joaquim Moura*». De seguida, informou e esclareceu que, como foi esta tinha sido a primeira Proposta a chegar, a Mesa classificá-la-ia como letra «**A**» e, a Proposta apresentada pelo Partido Socialista, seria classificada como letra «**B**». Assim, quem desejasse votar no senhor Presidente da Junta de Penas Roias, José Joaquim Moura, poria no papel (Boletim de Voto) **A**, ou em branco, ou como entendessem; quem desejasse votar na Proposta do senhor Presidente da Junta de Bruçó, o senhor Ilídio Rito, teria que pôr a letra **B**, ou votar em branco, como entendessem – ficaria à mercê das suas consciências – disse. -----

----- De seguida, procedeu-se à votação, ficando apurados os seguintes resultados: -----

----- Letra **A** (PSD) – trinta e quatro (34) votos; Letra **B** (PS) – dezoito (18) votos; votos brancos – um (1). -----

----- Depois de anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia: -----

-----**2.7 Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar o CONSELHO GERAL DA EMPRESA RESÍDUOS DO NORDESTE;**-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que, como lhe tinham chegado as Propostas ao mesmo tempo, a Mesa propunha que o processo fosse o mesmo: a Lista «**A**» para o PSD; a Lista «**B**» para o PS, a fim de se evitarem confusões, se assim o entendessem. -----

----- De seguida, passou à leitura das Propostas apresentadas na Mesa: -
“*O Grupo Parlamentar do PSD propõe para integrar o Conselho Geral da Empresa Resíduos do Nordeste o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, Luís Pedro Martins Lopes*”, que será classificado pela Lista «**A**». O conteúdo da Proposta do Partido Socialista é o seguinte: “*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe como representante das Juntas de Freguesia na Sociedade Resíduos do Nordeste o Presidente da Junta de Vale de Porco, senhor Dulcíneo Augusto Rodrigues*”, que será classificado pela letra «**B**». -----

----- De seguida, procedeu-se à votação, ficando apurados os seguintes resultados: -----

----- Lista **A** (PSD) – trinta e quatro (34) votos; Lista **B** (PS) – dezanove (19) votos. -----

----- Depois de anunciados os resultados, passou-se ao ponto a seguir na Ordem do Dia: -----

-----**2.8 Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;**-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que o processo de votação era o mesmo, procedendo de seguida à leitura das Propostas apresentadas à Mesa, começando pela Proposta proveniente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata: “*O Grupo Parlamentar do PSD propõe para integrar o Conselho Municipal de Educação o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Vítor Manuel de Oliveira Coelho*”, à qual seria atribuída a letra «**A**». -----

----- De seguida, leu a Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cujo conteúdo é o seguinte: “*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe para representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação a senhora dona Joaquina Mariano*” – a esta lista seria atribuída a letra «**B**». -----

----- De seguida, procedeu-se à votação, ficando apurados os seguintes resultados: -----

----- Lista **A** (PSD) – trinta e quatro (34) votos; Lista **B** (PS) – dezanove (19) votos. -----

----- Depois de anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte na

Ordem do Dia: -----

----- **2.9 Eleição de um representante para integrar a COMISSÃO MUNICIPAL DE COMÉRCIO;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou a seguir que, como sabia antecipadamente que o seu nome estava referido numa lista, se ausentaria do seu lugar na Mesa, deixando os trabalhos desta entregues à Primeira Secretária desta Assembleia. -----

----- A seguir, a Primeira Secretária deu conhecimento das Propostas chegadas à Mesa para efeito desta eleição, começando pela leitura da Proposta oriunda do Partido Social Democrata, que dizia o seguinte: “*O Grupo Parlamentar do PSD propõe, para integrar a Comissão Municipal de Comércio, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ilídio Granjo Vaz*” – a esta lista seria atribuída a letra «**A**». De seguida, leu o conteúdo da Proposta apresentada pelo Partido Socialista: “*O Grupo Municipal do PS, propõe como representante da Assembleia Municipal no Conselho de Comércio Municipal o senhor Paulo Daniel Lopes Carvalho*” – a esta lista seria atribuída a letra «**B**». -----

----- De seguida, procedeu-se à votação, ficando apurados os seguintes resultados: -----

----- Letra **A** (PSD) – trinta e três (33) votos; Letra **B** (PS) – dezanove (19) votos; votos brancos – um (1). -----

----- Após anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

----- **2. 10 Outros Assuntos.** -----

----- As intervenções do Presidente da Assembleia e dos Deputados Municipais, **ANÍBAL MORENO, PAULO CARVALHO, JOSÉ MARIA PRETO, EUGÉNIA CABANAL** e da **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, não ficaram gravadas em cassete, pelo que não é possível transcrevê-las. Porém, do apontamento tomado pela Primeira Secretária da Mesa, consta o seguinte: -----

► **ANÍBAL MORENO** expressou o desagrado pela eleição de quatro representantes do mesmo Partido, lamentando não ter havido uma proposta da maioria. -----

► **PAULO CARVALHO** referiu que, no conjunto de informação respeitante ao ponto “*Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo*”, faltava a folha número três. Protestou pela forma como decorreu a votação das propostas, dizendo que deveria ser mais secreta. Propôs que fossem criadas melhores condições no futuro. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** deixou um apelo às forças políticas do concelho para unirem esforços relativamente aos interesses do Município,

nomeadamente no que respeita aos serviços do Ministério da Agricultura e do Ministério da Justiça. -----

▶ **EUGÉNIA CABANAL** perguntou que obra estava a ser feita em frente ao “Oliveira Pires”, se era particular ou da Câmara. -----

▶ **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador Pimentel, respondeu à Deputada Municipal Eugénia Cabanal que a obra a que se referia era de apoio às bombas de combustível. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu a forma ordeira e participativa como decorreu a sessão; referiu maior preocupação com o projecto de desenvolvimento regional e local; alertou para a construção da “média superfície”. -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

----- Depois de lida a Acta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às dezasseis horas e trinta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1) _____

⁽¹⁾ Esta Acta é constituída por 28.288 palavras, distribuídas por 59 páginas e 2.530 linhas

